

Acordo de colaboração aceito pelo TRF-4

Palocci vai contar os

“fatos com nomes”

sobre propina do PT

Candidata do PT ao governo do Rio acha certo roubar

“Tem uma lógica no assalto. ‘Eu não tenho uma coisa que eu preciso, eu fui contaminado pelo capitalismo’. Começa a pensar pelo ponto de vista da inversão. Se você pensar pela lógica do sistema, você começa a pensar que isso seria justo num contexto tão injusto”, defendeu a pré-candidata pelo PT ao governo do Rio de Janeiro, Márcia Tiburi. A afirmação feita em um programa de televisão ganhou grande repercussão nas redes sociais após a divulgação do vídeo. Pelo menos ninguém pode reclamar que ao se filiar, em março de 2018, ela escolheu o partido errado. **Pág. 4**



Arquivo



Operador de Lula e Dilma cita desvios da Petrobrás e propina de empreiteiras

A aceitação, pela Justiça, da colaboração de Antonio Palocci, operador de propinas de Lula, duas vezes principal ministro do PT, fez os seus seqüezes – cada vez mais, como o chefe, somente agarrados à mentira – agitarem-se como siris dentro de uma lata. Ao de-

por diante do juiz Moro, Palocci se comprometeu a dizer “todos os nomes e situações, fatos, endereços, operações realizadas e coisas que vão ser certamente do interesse da Lava Jato”. Condenado a 12 anos de cadeia, ele continuará preso até que seja comprovado que sua confissão é verdadeira. **P. 3**

Siqueira: Distribuidora fica com 50% do preço do gás de cozinha

Vice-presidente da Aepet denuncia a explosão de preço para favorecer Grupo Ultra

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, condenou a explosão do preço do gás de cozinha em todo o país. “O preço do gás subiu devastadoramente. É um combustível social porque 90% dos brasileiros cozinham com gás GLP e muitas pessoas estão sem condições de comprar o botijão, passando a usar lenha”, afirmou. De acordo com Siqueira,

“o mais grave nessa história do gás é que a Petrobrás para refinar, produzir e transportar fica só com 32%. Já o atravessador, que é o distribuidor, só para engarrafar e vender, fica com 50% da estrutura do preço final do gás”. Os 18% restantes são referentes a impostos. O principal atravessador é o Grupo Ultra, de onde saiu Ivan Monteiro para presidir a Petrobrás. **Página 2**

Trump encomenda a Pentágono campos de concentração para pôr 20 mil crianças em quartéis

Na segunda-feira, o secretário do Pentágono, general ‘Mad Dog’ Mattis oficialmente confirmou que serão as bases no Texas de Fort Bliss, em El Paso, e de Goodfellow, em San Angelo, que sediarão os

campos de concentração para 20 mil crianças imigrantes ordenados por Trump. Especialistas em direitos humanos da ONU exigiram que os EUA “pare de usar as crianças para coibir a imigração ilegal”. **P. 7**

Ernesto Cardenal: “Heróis sandinistas não merecem ter memória manchada por atos de um ditador que os traiu”

“O mundo deve saber e se pronunciar a respeito do que está ocorrendo na Nicarágua: uma verdadeira crise de direitos humanos e terrorismo de Estado”, afirmou Ernesto Cardenal, padre, poeta e ex-ministro da Cultura nicaraguense. “Os heróis e mártires da revolução sandinista”, prosseguiu, “não merecem que sua memória seja manchada pelos atos genocidas de um ditador que os traiu. As vítimas de Ortega e Murillo merecem justiça”. **Página 6**

Gilmar dá fuga a doleiro. Já livrou 22 bandidos de colarinho branco

Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, mandou soltar o doleiro Marcelo Rzezinski, preso em maio pela Operação “Câmbio, Desligo”, que investiga rede de doleiros que lavavam dinheiro para organizações criminosas. **P. 3**

Lucas Figueiredo - CBF



Seleção reconquista confiança

Com Neymar sem dores e equipe preparada contra a Sérvia, a seleção brasileira entrará embalada em campo, nesta quarta-feira,

27, para garantir umas das vagas do grupo E, nas oitavas de final da Copa do Mundo. O atacante Neymar, enfim sem dores no pé direito, está com

astral em alta. O camisa 10 da seleção brasileira está feliz, pois conseguiu executar, nos últimos dias, os mais variados movimentos sem limi-

tações, que até outro dia lhe incomodavam. A Seleção fez na segunda-feira, em Sochi, um treinamento tático para neutralizar a Sérvia. **P. 3**

HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br



Planos de Saúde vão aumentar preço em 10%, como pediu ANS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu, na última sexta-feira, a decisão da Justiça Federal em SP que havia estabelecido o teto de 5,72% para o reajuste de planos de saúde individuais neste ano, com isso volta a valer o aumento de 10% proposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em nota, o Idec lamentou a decisão, que, para o instituto, foi “tomada apenas considerando os argumentos das empresas sem levar em conta os fatos gravíssimos” que o Idec vem denunciando há anos. **Pág. 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Aneel autoriza Copel a subir 16% o preço da energia

Pág. 4

Governo tenta culpar caminhoneiros pelo aumento da inflação

O cinismo dos que defendem o aumento da taxa de juros reais e mais arrocho em cima da população, que sofre com a recessão que já dura quatro anos, chega ao absurdo de se tentar culpar os caminhoneiros, e sua vitoriosa greve nacional, pelo aumento da inflação.

Segundo a prévia da inflação oficial em junho, divulgada pelo IBGE, nesta quinta-feira (21), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 1,1%. O aumento foi puxado pelos grupos Alimentação e bebidas (1,57%), Habitação (1,74%) e Transportes (1,95%), que juntos correspondem a 91% do índice do mês.

No acumulado do ano, o IPCA-15 ficou em 2,35%, contra 1,62% no mesmo período do ano passado, e em 12 meses chegou a 3,68%, contra 2,70% registrado nos 12 meses anteriores.

Mas, vejamos. A energia elétrica, apontada como o item que mais impactou o grupo de Habitação, com uma alta de 5,44% na média nacional, vem constantemente tendo altas nas tarifas, bem acima da inflação e muito antes da greve dos caminhoneiros. O governo se utiliza das bandeiras amarela, vermelha e vermelha 2, para extorquir a população nas contas de luz a pretexto de compensar o mau humor de São Pedro, com a escassez das chuvas.

Segundo o IBGE, além da vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 2, a partir de junho, quando foi adicionado a cobrança de mais R\$ 0,05 a cada kWh consumido, quatro regiões do país tiveram reajustes acima da inflação antes da greve dos caminhoneiros e uma durante a greve: Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador. Ao contrário da batata e do tomate, a energia elétrica não chega na casa dos brasileiros via caminhão.

Só para citar alguns destes reajustes feitos pelo governo, antes da greve dos caminhoneiros, em Porto Alegre chegou a 9,85% a partir de 19 de abril e, em Salvador, a alta foi de absurdo 16,95%, a partir de 22 de abril.

Os preços do gás de botijão também aceleraram, ficando, em média, 2,60% mais caros, diz o IBGE.

No grupo dos Transportes, os preços dos combustíveis, que levou à paralisação dos caminhoneiros com 87% de apoio da população, tiveram alta de 5,94%. A gasolina acelerou de 0,81% em maio para 6,98% em junho e representou 28% do IPCA-15 de junho. Já o óleo diesel subiu 3,06% e o etanol 2,36%.

O IPCA-15 foi calculado com base em preços coletados entre os dias 16 de maio e 13 de junho. A greve dos caminhoneiros teve início no dia 21 de maio e durou 11 dias.

Quanto aos preços dos alimentos, é natural que haja alguma alta. Os produtos perecíveis foram os que tiveram os preços aumentados, como batata, tomate, cebola, leite, carnes e frutas, que ficaram parados em alguns caminhões. Mas, como afirmam alguns analistas com pé na realidade, logo logo os preços dos alimentos vão voltar a cair, já que esta "inflação controlada", é resultado da recessão, do arrocho salarial, do desemprego, da queda no consumo das famílias. A batata que chegou a R\$ 15,00 o quilo em alguns estabelecimentos, durante a greve, hoje já caiu para R\$ 5,00. Antes da greve estava em torno de R\$ 4,00. A cebola, que também custava R\$ 4,00 antes da greve, e chegou a R\$ 10,00, já está custando em torno de R\$ 5,00.

Já os preços dos combustíveis, do gás de cozinha e da energia elétrica vão continuar subindo, em prol das multinacionais que se beneficiam da política de reajustes diários nos preços imposta à Petrobrás e das benesses dadas às distribuidoras de energia, maioria estrangeira.

Colocar o aumento da inflação na conta dos caminhoneiros é mais um tentativa do governo e de seus asseclas de tirar do foco a falência desse modelo econômico, implementado nos governos Dilma/Temer; que levou o país a mais grave crise de sua história. Com a economia no fundo do poço.

Fernando Siqueira: "alta no preço do gás de cozinha é devastador"



"Muitos brasileiros, sem condições de comprar o botijão, passaram a usar lenha"

Indústria perdeu 1,3 milhão de empregos entre 2013 e 2016

O primeiro terremoto contra os empregos dos trabalhadores na indústria, no bojo da crise econômica que atravessamos, aconteceu nos anos de 2014, 2015 e 2016, que resultou na perda de 1,3 milhão de postos de trabalho.

"Entre 2007 e 2016, a evolução do pessoal ocupado da indústria mostrou crescimento até 2013, recuando a partir de então. Nesse ponto mais alto da série, a indústria chegou a ter 9,0 milhões de pessoas ocupadas. Em 2016, esse contingente caiu para 7,7 milhões, uma queda de 14,3% no período, ou menos 1,3 milhão de pessoas ocupadas", segundo a Pesquisa Industrial-Anual (PIA-Empresas) de 2016, divulgada na quinta-feira (21), pelo IBGE.

Os dados refletem a desastrosa política de arrocho fiscal, redução dos investimentos públicos e de altas taxas de juros, implementada nos governos Dilma/Temer. Ao contrário de alguns filisteus, que tentam livrar Dilma/Levy e Temer/Meirelles, e sua política pró-bancos, da culpa pelo desastre, para jogá-la cinicamente sobre o combate da Lava Jato à corrupção, os dados da pesquisa mostram que as manifestações de 2013 já eram um sinal de que os cortes de investimentos e os juros na lua de Dilma levariam ao caos que assistimos depois: a recessão que dura até hoje começou no 2º trimestre de 2014.

As políticas de deso-



Metalúrgicos em greve contra demissões na GM em 2015

neração da folha de pagamento e de outras renúncias fiscais, que com Dilma, em 2014 e 2015, totalizaram R\$ 205,30 bilhões, ou dois orçamentos anuais do Ministério da Saúde, não impulsionaram investimentos, apenas aumentaram os lucros dos beneficiados, muitas multinacionais, além da mal denominada política de proteção ao emprego (PPE), que serviu a setores e empresas privilegiados, notoriamente a indústria automobilística, que não pararam de demitir e de remeter seus lucros para as matrizes.

Como em 2007, tínhamos na indústria quase 7,5 milhões de empregos e em 2016 pouco mais de 7,7 milhões, regredimos em três anos, os empregos gerados nos sete anos anteriores. Segundo a pesquisa, os dados mais relevantes de 2016, em relação a 2015, foi o desemprego de 400.836 trabalhadores, o fechamento de 2.100 empresas e a redução de R\$ 6,4 bilhões de investimentos do setor.

"Em relação a 2015, destacam-se as variações no número de pessoas ocupadas dos seguintes setores: Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-56,5 mil pessoas ocupadas), Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-35,6 mil pessoas ocupadas) e Fabricação de móveis (-34 mil pessoas ocupadas)."

"Em 2016, a PIA-Empresa mostrou que existiam 321,2 mil empresas ativas, com uma receita total de R\$ 3,2 trilhões e despesas de R\$ 291,7 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, pagos a 7,7 milhões de pessoas ocupadas. Os investimentos (valores correntes das aquisições de terceiros e da produção própria em ativo imobilizado e melhorias) na indústria caíram de R\$ 192,3 bilhões em 2015 para R\$ 185,9 bilhões".

Dirigente da Aepet denuncia política de preços de Parente e Ivan Monteiro (ex-presidente do Conselho do Grupo Ultra) em prol das múltis: atravessador fica com 50% do preço do gás de cozinha

Em entrevista à Hora do Povo, o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, condenou a explosão do preço do gás de cozinha em todo o país. "O preço do gás subiu devastadoramente. É um combustível social porque 90% dos brasileiros cozinham com gás GLP e muitas pessoas estão sem condições de comprar o botijão, passando a usar lenha, o que pode causar desertificação no país, como aconteceu em vários países da Ásia", afirmou.

De acordo com Siqueira, "o mais grave nessa história do gás é que a Petrobrás para refinar, produzir e transportar fica só com 32% do preço total. Já o atravessador, que é o distribuidor, só para engarrafar e vender, fica com 50% da estrutura do preço final do gás". Os 18% restantes são referentes a impostos.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em abril de 2017, o botijão custava em média de R\$ 57,19. Em abril de 2018, o botijão estava R\$ 66,99, em média. Em vários lugares o preço ultrapassava R\$ 80.

Para o dirigente da Aepet, o justo seria reduzir a margem dos distribuidores. Poderiam ter um ganho de 10%, o que já seria uma boa taxa de retorno. Isso redundaria na redução do preço do botijão de gás. "Como eles cobram 50%, se poderia reduzir em até 40% o preço do botijão e a população poderia ser contemplada com o preço justo desse insumo usado para preparar o alimento. Seu preço poderia cair de R\$ 80 para R\$ 48. É inaceitável essa participação do atravessador", denunciou. "Essa política de preços não é da Petrobrás, é do Pedro Parente, seguido pelo Ivan Monteiro", acrescentou.

Entre os atravessadores que estão ganhando rios de dinheiro extorquindo a população, Siqueira destacou o Grupo Ultra: "O atual presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, foi presidente do Conselho de Administração desse Grupo. Ele veio para a Petrobrás e tentou vender a Liquigás, subsidiária da Companhia que tem 35% na cadeia de distribuição de gás. O Grupo Ultra é multinacional que tem como holding a Ultraper. Felizmente, através de ações da Aepet, a venda da Liquigás para o Grupo Ultra foi barrada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)".

Márcio França vai sancionar lei que proíbe embarque de animais vivos

O governador de São Paulo, Márcio França (PSB), reiterou seu apoio ao Projeto de Lei 31/2018, que proíbe o embarque de animais vivos no transporte marítimo do Estado com a finalidade de abate para consumo.

"Já manifestei e reforço 100% o meu apoio à aprovação do Projeto de Lei que proíbe o embarque de animal vivo para exportação está sendo analisado na Alesp. E, assim que isso acontecer, vou sancionar

Depois de Dilma aumentar em 15% o preço do gás de cozinha, em 2015, após 13 anos de congelamento, em junho do ano passado, assim como a gasolina e o diesel, a Petrobrás também alterou sua política de preços do gás de cozinha (GLP), acompanhando os preços internacionais. Resultado: 1,2 milhões de brasileiros tiveram de recorrer à lenha ou carvão para cozinhar em todas as regiões do país, especialmente no Norte (alta de 16%), conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O que provocou um aumento de acidentes domésticos com álcool e querosene no preparo de alimentos.

Diante dessa situação, a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) lançou uma campanha pelo tabelamento de preço do botijão de gás a R\$ 55. "Basta! Exigimos preço justo a R\$ 55,00 com tabelamento, congelamento e subsídio para o gás de cozinha para todas as famílias jogadas no desemprego por esse governo corrupto e irresponsável! Mulheres à Luta!", disse a entidade em nota.

"Desde janeiro de 2017 o bolso do povo vem sendo assaltado pelo governo Temer, que atrelou o preço dos combustíveis e seus derivados ao dólar provocando aumentos escorchantes na gasolina e no gás de cozinha. Temos quase 30 milhões de desempregados e a carestia só aumenta", acrescentou a CMB.

Os Ministérios Públicos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (MPPE e MPRN) cobrarão a normalização da produção e distribuição do gás de cozinha nos estados. Em Pernambuco, as cidades do interior são as principais prejudicadas com a falta de gás.

O Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Pedro Eurico, informou que o déficit do estado foi reduzido em 300 mil botijões, em relação à demanda de 1º de junho, mas existe "uma falta de quase 400 mil".

No Rio Grande do Norte, na Refinaria Clara Camarão, da Petrobrás, a produção de GLP foi reduzida em 50% nos últimos quatro anos. Além do Estado, o produto é distribuído para o Ceará e Pernambuco.

Apesar dessa situação que beira o caos, a administração de Ivan Monteiro na Petrobrás mantém a mesma política de preço para o gás de cozinha, uma verdadeira afronta à população mais necessitada.

O embarque de animais vivos no Estado começou a ganhar repercussão em fevereiro, quando uma decisão judicial suspendeu o transporte de quase 26 mil bois no Porto de Santos.

O transporte internacional de gado em pé é condenado por ativistas ligados à proteção animal, que denunciam maus-tratos aos animais.

Boletim do BC reduz pela oitava vez consecutiva previsão para PIB

Pela oitava vez consecutiva, os representantes do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) para elaboração do Boletim Focus reduziram a expectativa de crescimento da economia em 2018.

De uma semana para a outra – já que o boletim é divulgado todas as segundas-feiras – a mediana das apostas para o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) passou de 1,76% para 1,55%. Vale notar que o relatório divulga a média das projeções do mercado, o que significa que metade dos consultados acha que o resultado será muito menor que isso, algo em torno de 1%.

No início do ano o Henrique Meirelles, então ministro da Fazenda, propagandeava que o crescimento seria em torno de

3%. Com esse truque na manga, Meirelles deixou o ministério e agora se aventura em uma pré-candidatura à presidência da República.

Estamos no meio do ano e a situação de plena recessão apenas prova a sua vocação e a do governo federal de mentir. Está atribuindo à greve dos caminhoneiros a frustração das expectativas, tentando responsabilizar o povo e a justa paralisação dos trabalhadores pela recessão gestada durante o governo Dilma e aprofundada por Temer. O fato de esta ser a oitava redução seguida nas projeções aponta que a crise já existia muito antes dos caminhoneiros.

Tanto é que um estudo divulgado pelos economistas do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), intitulado "O crescimento da economia brasileira 2018-2023" cujos dados foram coletados muito antes da greve, já previa que o crescimento da economia do país não passaria de 1,5% no ano. Esta estimativa pode ser, inclusive, tomada como otimista, já que o desemprego crescente e o atual nível de utilização da capacidade produtiva mantêm o país no fundo do poço.

Uma publicação do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado Federal, prevê que o grau de ociosidade geral da economia brasileira está em torno de 7% ou 8%. Operando abaixo do seu potencial, não existe crescimento possível.

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAL:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passeagem Ana Deusa, 140

Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O adeus do Brasil ao ex-ministro Waldir Pires

Nestes tempos em que pululam os anões políticos, tempos de falta de vergonha, falta de amor ao país e ao povo e de total desrespeito à coisa pública, a perda para o Brasil do ex-governador e ex-ministro Waldir Pires é enorme. É natural. Ele era a antítese de tudo isso. Entra para a história como um dos políticos mais íntegros do Brasil. Ele nos deixou na sexta-feira (22), aos 91 anos de idade, vítima de uma pneumonia. Seus familiares e amigos, e também diversos políticos, despediram-se do líder baiano no Mosteiro de São Bento, em Salvador, local onde ele celebrou, em 2001, suas bodas de ouro com Yolanda Pires, falecida em 2005.

Trajatória

Sua carreira política começou na década de 50, como Secretário de Estado, aos 24 anos. Em seguida foi eleito deputado estadual e depois federal. Foi vice-líder do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1963 foi convidado pelo Presidente João Goulart para ocupar o cargo de Consultor-Geral da República, o que o tornou responsável pelas análises sobre as leis de Remessa de Lucros e Dividendos e da lei de Reforma Agrária, entre outras.

Exercia este cargo quando ocorreu o golpe pró-imperialista em 31 de março de 1964 e foi, junto com Darcy Ribeiro, o último membro do governo a sair do Palácio do Planalto, onde ficaram, a pedido do presidente, para tentar garantir o respeito à Constituição. Em 4 de abril, já na primeira lista de cassados e perseguidos, sai com Darcy Ribeiro de Brasília, de madrugada, num monomotor conseguido pelo deputado Rubens Paiva (PTB), e vai para o exílio no Uruguai, onde depois encontra sua esposa Yolanda e seus cinco filhos.

Em 1966 muda-se para a França onde, com auxílio de Celso Furtado, é indicado para lecionar Direito Constitucional Comparado e Ciências Políticas em Dijon e em Paris. Com a queda do AI-5, retomados os seus direitos políticos, ele volta para a vida pública na Bahia, visitando todos os rincões do Estado para fortalecer o então MDB – a frente democrática que lutava dentro do Brasil contra a ditadura. Ajudou na fundação do PMDB nos períodos finais do regime.

Leia mais em www.horadopovo.org.br
SERGIO CRUZ

“Nosso projeto é enfrentar o rentismo, coisa que o PT não fez”, diz João Goulart

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, em entrevista ao Programa Jogo do Poder, da Rede CNT, no último fim de semana, que as eleições de 2018 fecham um ciclo da política brasileira. “Vivemos uma crise econômica e política das mais graves que o país já viveu, e, tanto o Congresso Nacional quanto o Poder Executivo, não representam mais o povo brasileiro. E este quadro nos conduziu ao derretimento de nossas instituições”, advertiu Goulart.

“O país vive a expectativa de uma mudança”, avaliou o pré-candidato. “O Congresso Nacional tem hoje mais de trezentos parlamentares investigados pela Lava Jato e foram eles que criaram um fundo eleitoral de R\$ 1,7 bilhão, com dinheiro público, para garantir a sua permanência. Fizemos isso unicamente para usufruirmos do foro privilegiado”, denunciou João Goulart. Ele destacou que “foram exatamente os grandes partidos que se beneficiaram de desvios e, agora, são eles que recebem mais de 70% dos recursos do tal fundo”.

Goulart Filho disse há muitas diferenças entre o trabalhismo de Getúlio e de Jango e as posições do PT. “Nós passamos 15 anos no exílio porque propusemos um enfrentamento com o sistema financeiro na época, e que é necessário ainda hoje. O rentismo está sugando nossa economia. O PT, em certa maneira, compactuou com o sistema financeiro. Nunca os bancos ganharam tanto dinheiro como no período em que o PT governou”, afirmou Goulart.

Para ele “os ganhos sociais do governo Lula

foram inegáveis, mas”, observou João Goulart, “a sua prisão se dá pela justiça brasileira”. “Se ela foi justa ou injusta, os recursos têm que se dar dentro da normalidade judicial”, argumentou. “O que eu não posso concordar é com a tese do PT de que a eleição sem Lula é fraude”, afirmou.

O filho e herdeiro político de Jango, observou, em sua explanação, que “o golpe de 64 não foi contra Jango. Foi contra um projeto de nação. Foi contra as reformas de base”. “A nação brasileira estava se encontrando, e as reformas de base, a reforma agrária, a limitação das remessas de lucros, o monopólio estatal do Petróleo, não só da extração como do refino, e tantas outras, representavam a construção dessa nação nova”, afirmou o pré-candidato.

“Nós estamos comprometidos em resgatar esse projeto de nação que foi interrompido. Nosso patrimônio, o patrimônio da Pátria Livre, não são malas de dinheiro correndo pelas ruas de São Paulo. Nosso patrimônio é a nossa história”, destacou o pré-candidato.

Perguntado sobre qual seria sua posição sobre a reforma trabalhista de Temer, João Goulart foi categórico. “Se nós chegarmos ao governo, vamos revogar essas reformas”, garantiu. “Direitos de trabalhadores não podem retroceder. Podemos avançar, mas nunca retroceder”, afirmou. “A lei de 8 horas, o 13º salário, que é do presidente João Goulart, foram conquistas do trabalhismo. Daqui a pouco vão querer flexibilizar o 13º salário. É um absurdo que tire direitos trabalhistas num momento tão difícil da vida dos brasileiros”, completou João Goulart.

A colaboração premiada de Palocci e as propinas do PT



Antonio Palocci era homem de confiança e operador de Lula. Nem Fachin aguenta as mentiras do PT

Os petistas reagiram com ataques, desacatos e novos embustes à decisão do ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que arquivou na sexta-feira (22) o pedido, feito pela defesa de Lula, de revogação de sua prisão. Ele havia pautado a decisão na Segunda Turma do STF para esta terça-feira, dia 26 de junho, mas decidiu pelo arquivamento após o Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF-4), responsável em segunda instância pelos processos da Lava Jato, enviar o caso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não para o STF.

No seu site, o PT acusa Fachin de “manobrar” ao decidir arquivar o recurso de Lula. Para os petistas, quando as decisões não lhes são favoráveis, são “golpe” ou “manobras”. Apresentam uma carta de juristas em que apelam para que os criminosos só sejam presos após o transitado em julgado, ou seja, após uma interminável bateria de recursos protelatórios, feitos por quem tem dinheiro para pagar caríssimos advogados, como Lula, que amealhou dinheiro suficiente para tal. Ou seja, esses criminosos nunca seriam presos.

Só os pobres, que não dispõem de recursos para pagar advogados, é que são encarcerados em massa. Aliás, foi no

governo do PT que disparou o número de encarcerados no país, principalmente pobres. Durante o governo do PT, o número de presos, no Brasil, aumentou de 239.345 pessoas (2002) para 726.712 pessoas (junho de 2016), um aumento de 204%, o que fez com que tenhamos atualmente o terceiro maior número de presos do mundo, em termos absolutos (cf. MJ/Infopen, Brasília, 2017, pp. 7, 9, 14). 55% desses presos têm entre 18 e 29 anos (74% deles têm de 18 anos até 34 anos). Os negros e mulatos são 53% desses presos (nas penitenciárias, os negros ou mulatos são 64%). E 51% deles não conseguiram completar o ensino fundamental (cf. Infopen, pp. 30-34). O que o PT quer é isso com essa defesa do transitado em julgado: impunidade para os corruptos e bandidos do colarinho branco. Já para os pobres, cadeia.

Os petistas querem taxar o ministro Fachin como um “traidor” ao vincular um vídeo nas redes sociais em que o ministro defende a candidatura de Dilma em uma palestra. O ministro nunca negou que tenha feito campanha para o PT. Acontece que nem Fachin aguenta as mentiras do PT. Os petistas querem cobrar fidelidade do ministro para as falcatruas do PT, o que é um absurdo.

Além do pedido de efeito suspensivo da execução da pena, a defesa de Lula pediu também a suspensão da ineligibilidade gerada com a condenação na segunda instância da Justiça, conforme prevê a Lei da Ficha Limpa. Ou seja, a defesa de Lula pretendia revogar na prática a Lei da Ficha Limpa, uma lei que tem um amplo apoio da sociedade e que foi promulgada pelo próprio Lula, quando este ocupava a presidência. Os advogados de Lula chegaram a pedir também ao STF que, se a liberdade fosse rejeitada, o petista passasse a cumprir a pena em prisão domiciliar.

Desconversando sobre a gravidade de uma decisão que colocasse em cheque a Lei da Ficha Limpa, os advogados de Lula alegaram que a sultura do ex-presidente “não causará nenhum dano à Justiça Pública ou à sociedade”, acrescentando que a manutenção dele na cadeia causa “lesão grave de difícil reparação”. Os juízes do TRF-4 discordaram desta avaliação e argumentaram que não haveria motivo para o STF decidir sobre a pena do réu porque não há no caso nenhuma questão constitucional em jogo. Por isso, o órgão solicitou que o recurso da defesa fosse dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

Continue a ler em www.horadopovo.org.br

Gilmar Mendes solta mais um doleiro do esquema de Sérgio Cabral no Rio

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar o doleiro Marcelo Rzezinski, preso em maio pela Operação “Câmbio, Desligo”, que investiga uma rede de doleiros que operavam no mercado ilegal de câmbio e lavavam dinheiro para organizações criminosas. Ele é o sexto alvo da operação que ganha liberdade pelas mãos do ministro.

Rzezinski foi denunciado no início deste mês com mais de 60 doleiros. O grupo é acusado de formar uma organização criminosa, que transferia valores irregularmente para fora do país em atendimento a políticos, tendo como clientes o ex-governador Sérgio Cabral e outros políticos do PMDB.

Ciro declara “apoio total à Lava Jato”

“O Brasil precisa de um projeto que reúna os interesses práticos daqueles que produzem e os interesses práticos daqueles que trabalham”, afirmou o ministro, pré-candidato a presidente pelo PDT, em entrevista à revista *Americas Quarterly*, na última quinta-feira (21). A afirmação foi feita em resposta ao questionamento se ele estaria disposto a unir as esquerdas. “Esse não é o meu projeto. Meu projeto é a centro-esquerda”, disse ele.

A prisão de Rzezinski – e de um irmão dele, Roberto – foi decretada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro, onde corre a “Câmbio, Desligo”, um desdobramento da Lava Jato no Rio. A investigação, deflagrada no início de maio, aponta lavagem de US\$ 6 bilhões.

Na decisão de soltar Marcelo Rzezinski, na última sexta-feira (22), Gilmar Mendes alegou mais uma vez não haver “elementos concretos” que indiquem possibilidade de cometimento de novos crimes ou de fuga que justificariam a prisão preventiva.

Nos últimos 30 dias, Gilmar Mendes já soltou 22 presos por ordem do juiz Marcelo Bretas em investigações relacionadas aos desdobramentos

da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

A Operação Câmbio, Desligo desarticulou um esquema de movimentação de recursos ilícitos no Brasil e no exterior. As operações eram do tipo dólar-cabo, uma forma de movimentação paralela, sem passar pelo sistema bancário, de entrega de dinheiro em espécie, pagamento de boletos e compra e venda de cheques de comércio. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a organização criminosa movimentou US\$ 1,6 bilhão de dólares (cerca de R\$ 5,290 bilhões), num esquema composto por 3 mil offshore (empresas criadas em países que aceitam essas atividades ilícitas, os chamados paraísos fiscais) em 52 países.

Ciro declara “apoio total à Lava Jato”

Questionado sobre críticas a Lula, o ministro declarou que “Lula para mim não é um mito. Lula é um velho amigo de 30 anos com quem convido e discordo”. “Eu acho que Lula cometeu alguns erros sérios ao longo de sua vida. Por exemplo, o PT, sob a direção de Lula, foi contra a Assembleia Constituinte. E hoje o PT é contra todas as mudanças na nossa Constituição. Isto é, está defendendo uma constituição que se recusou a assinar”, lembrou o ex-governador.

Tudo o que o ministro de Lula e Dilma contar será checado e investigado pela Polícia Federal

A aceitação da colaboração do ex-ministro Antonio Palocci, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), deixou o PT e os lulistas como formigas que não conseguem encontrar o formigueiro, porque este não existe mais.

A questão é a mentira. Lula e seus sequazes somente mentem, mentem e mentem. Sua única defesa é a mentira – pode-se dizer que é uma defesa de mentira, compostas por mentiras.

FACHIN

Nos últimos dias, os lulistas têm atacado o ministro Luís Edson Fachin (v. matéria nesta página). O crime de Fachin é manter a própria integridade. Não compactuar com a mentira – isto é, as mentiras deles – é, agora, para Lula e caterva, o maior crime que pode existir.

Assim é o mundo dessa turma, em que tudo é invertido: o criminoso acha-se no direito de atacar homens e mulheres íntegros, porque foi pego na mentira.

O que são os repetidos recursos de Lula, querendo livrar-se da punição pelos seus delitos, senão outras mentiras – ou, talvez, a insistência nas mesmas?

E esse mundo pervertido que é abalado pela confissão de Palocci.

No acordo, homologado pelo desembargador João Pedro Gebran Neto, relator dos processos advindos da Operação Lava Jato no TRF-4, Palocci somente terá direito aos benefícios que a lei prevê para a colaboração premiada, quando se comprovar que suas informações são verdadeiras.

O que são essas informações, é possível ter uma ideia pela amostra que foi seu depoimento perante o juiz Sérgio Moro, a 6 de setembro do ano passado – e, dias depois, a carta com a qual se desfilou do PT:

“Quero adiantar que, sobre as informações prestadas em 06/09/2017 (compra do prédio para o Instituto Lula, doações da Odebrecht ao PT, ao Instituto e a Lula, reunião com Dilma e Gabrielli sobre as sondas e a campanha de 2010, entre outros) são fatos absolutamente verdadeiros. São atuações que presenciei, acompanhei ou coordenei normalmente junto ou a pedido do ex-Presidente Lula”, escreveu Palocci nessa carta. E, mais adiante:

“Vocês sabem que procurei ajudar no projeto do PT e do presidente Lula em todos os momentos. (...) Sei dos erros e ilegalidades que cometi e assumo minhas responsabilidades. Mas não posso deixar de destacar o choque de ter visto Lula sucumbir ao pior da política no melhor dos momentos de seu governo. Com o pleno emprego conquistado, com a aprovação do governo a níveis recordes, com o advento da riqueza (e da maldição) do pré-sal, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, ‘o cara’, nas palavras de Barack Obama, dissociou-se definitivamente do menino retirante para navegar no terreno pantanoso do sucesso sem crítica, do ‘tudo pode’, do poder sem limites, onde a corrupção, os desvios, as disfunções que se acumulam são apenas detalhes, notas de rodapé no cenário entorpecido dos petrodólares que pagarão a tudo e a todos. (...) quando a luta pelo poder se sobrepõe à luta pelas ideias, a corrupção prevalece”.

Palocci foi o principal ministro de Lula. Mais do que isso, era o principal operador de Lula no ramo das propinas. Tanto assim que, depois de cair do governo – quando soube-se que havia, com alguns conterrâneos de Ribeirão Preto que constituíam o seu grupo, montado um bordel em um palacete de Brasília, onde realizava “negócios” – foi puxado outra vez por Lula, para controlar as finanças não declaradas da campanha de Dilma, e, depois, para ser o principal ministro de Dilma.

Por que Lula puxou Palocci,

depois de tão escandalosa queda, outra vez para o primeiro plano do governo?

Porém, Palocci caiu outra vez do governo – quando se descobriu que seu patrimônio aumentara 20 vezes em quatro anos, inclusive com a aquisição, por R\$ 6 milhões e 600 mil reais, de um apartamento com 502,392 metros quadrados, em um luxuoso prédio num bairro grã-fino de São Paulo; além de outro imóvel, por R\$ 882 mil, onde instalou a sua “consultoria”, a Projeto.

Durante esses quatro anos, Palocci – que declarara um patrimônio de R\$ 350 mil em 2006, quando se elegeu deputado – recebeu, legalmente, R\$ 974 mil.

Porém, somente com esses imóveis, seu patrimônio aumentou em R\$ 7 milhões e 400 mil.

De onde vinha esse dinheiro?

No depoimento ao juiz Moro, Palocci, que era chamado de “italiano”, nas planilhas do departamento de propinas da Odebrecht (também conhecido como “setor de operações estruturadas”), relatou:

“O Emílio Odebrecht abordou Lula no final de 2010, não foi pra oferecer alguma coisa, doutor. Foi pra fazer um pacto, que eu chamei de pacto de sangue. Envolveria um presente pessoal que era um sítio, envolvia o prédio de um museu pago pela empresa, envolvia palestras pagas a R\$ 200 mil, fora impostos, combinadas com a Odebrecht. E envolvia uma reserva de R\$ 300 milhões.

“Ele [Lula] gostou disso, tanto é que na segunda vez falou que o doutor Emílio tinha confirmado R\$ 300 milhões e poderia ser mais (e que era) pra eu cuidar disso”.

E, sobre o suposto espanto de Lula, diante da proposta de Emílio Odebrecht:

“Eu não estranhei a surpresa do presidente, mas ele não me mandou brigar com a Odebrecht. Ele mandou eu recolher os valores.”

Na carta de desfiliação do PT, Palocci conta como foi decidida, por Lula, a encomenda de sondas pela Petrobras à Sete Brasil – uma encomenda de US\$ 82 bilhões (82 bilhões de dólares), que era um açude de propinas:

“Um dia, Dilma e Gabrielli dirão a perplexidade que tomou conta de nós após a fadiga reunião na biblioteca do Alvorada, onde Lula encomendou as sondas e as propinas, no mesmo tom, sem cerimônias, na cena mais chocante que presenciei do desmonte moral da mais expressiva liderança popular que o país construiu em toda nossa história.”

Palocci terá que pagar por seus crimes, de uma forma ou de outra. Está preso desde 26 de setembro de 2016, já foi condenado a 12 anos, dois meses e 20 dias de cadeia, e não será solto após a homologação de sua colaboração premiada – antes, como já mencionamos, será preciso a verificação de que seus depoimentos corresponde à verdade, e de que são relevantes para as investigações.

DISPOSIÇÃO
Em sua carta ao PT, Palocci disse algo interessante:

“Até quando vamos fingir acreditar na autoproclamação do ‘homem mais honesto do país’ enquanto os presentes, os sítios, os apartamentos e até o prédio do Instituto (!!) são atribuídos à Dona Marisa?”.

Quando ao depoimento ao juiz Moro, Palocci o encerrou do seguinte modo:

“Fico à sua disposição hoje e em outros momentos, porque todos os nomes e situações que eu optei por não falar aqui, por sensibilidade da informação, estão à sua disposição o dia que o sr. quiser. Se o sr. estiver com a agenda muito ocupada, a pessoa que o sr. determinar, eu imediatamente apresento todos esses fatos com nomes, endereços, operações realizadas e coisas que vão ser certamente do interesse da Lava Jato”.

CARLOS LOPES

Tribunal mantém o aumento abusivo dos planos de saúde

Na decisão, o TRF3 ignorou o fato dos aumentos serem acima da inflação e considerou “bastante abstrato o conceito de ‘reajustes excessivos’”

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu, na última sexta-feira (22), a decisão da Justiça Federal em São Paulo que havia estabelecido o teto de 5,72% para o reajuste de planos de saúde individuais neste ano, com isso volta a valer o aumento de 10% proposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em liminar no último dia 12, o juiz federal José Henrique Prescendo, da 22ª Vara Cível de São Paulo, aceitou pedido feito em uma ação civil pública pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) para limitar o aumento dos planos. Para o magistrado, seria “excessivo” autorizar um reajuste maior do que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo à saúde e aos cuidados pessoais.

Ao suspender a liminar, atendendo a um recurso da ANS, o TRF-3 afirmou ser “bastante abstrato o conceito de ‘reajustes excessivos’”, pois a dinâmica de preços dos planos de saúde é complexa e não se vincula às variações inflacionárias.

Em nota, o Idec lamentou a decisão, que, para o instituto, foi “tomada apenas considerando os argumentos das empresas sem levar em conta os fatos gravíssimos que o Idec e as organizações de defesa do consumidor vêm denunciando há anos”.

Logo após a queda da liminar, a ANS (Agência Nacional de Saúde) fixou em 10% o índice de aumento a ser aplicado aos planos de saúde no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019.

Para o Idec, “o pedido liminar do Idec vai além do índice, e tem efeitos maiores, ensajadores que a ANS coloque a questão da metodologia em pauta não só no judiciário, mas também fora dele, com a participação efetiva da sociedade”.

A ANS autorizou o aumento baseado na média ponderada com os planos coletivos com mais de 30 vidas. Ou seja, a ANS trabalha para aumentar o lucro das operadoras, porque não há necessidade alguma de se criar uma média ponderada entre os planos, a não ser elevar os preços dos dois módulos.

Segundo o instituto, o Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou irregularidades na metodologia que a ANS utiliza para calcular os reajustes máximos dos planos individuais. “A decisão desconsidera a gravidade dos erros na metodologia dos reajustes aplicados pela ANS (Agência Nacional de Saúde

Suplementar) e ignora suas falhas, permitindo que a lesão aos consumidores se agrave”.

Segundo o Idec, os problemas nessa metodologia atingem diretamente 9,1 milhões de beneficiários de planos individuais, do total de 47,4 milhões de consumidores de planos de assistência médica no Brasil. Em 2015, 2016 e 2017, os reajustes permitidos pela agência superaram 13% em cada ano.

Os custos que os planos têm devido às atualizações do rol de procedimentos, ou seja, as despesas relacionadas ao aumento de coberturas, como novos exames, tratamentos e procedimentos, estariam sendo computados em dobro desde 2009, denunciou o Idec.

Essa distorção teria ocorrido porque, ao calcular o percentual de reajuste dos planos individuais, a ANS desconsiderou que tal impacto já era incorporado pelas operadoras quando essas calculam os reajustes que aplicam nos planos coletivos, que por sua vez servem de base para a ANS aumentar os individuais.

Com a aprovação de qualquer aumento, seja ele de 5,75% ou de 10% nos planos individuais e familiares, chegaremos à marca do 14º ano consecutivo em que o aumento superará a inflação anual. Desde 2004, o limite de reajustes dos planos individuais e familiares aprovado pela ANS superou a inflação oficial medida pela IPCA.

De 2000 a 2017, os reajustes aprovados pela ANS para os planos individuais e familiares acumulam variação de 374,08%. No mesmo período, a inflação acumulada é de 220,0%. Desde 2000, a ANS é responsável pela proposta do teto anual de reajuste dos valores cobrados por planos de saúde individuais e familiares. O modelo substituiu os reajustes pelas próprias operadoras, que até 1999 determinavam suas taxas de acordo com o mercado, sem regulação. Após a diretoria definir uma taxa, a proposta é encaminhada para análise da Secretaria de Promoção da Competitividade do Ministério da Fazenda. Somente após o aval dos 2 órgãos o teto de reajuste oficial é anunciado.

No processo, a agência utiliza como critério de cálculo do reajuste a variação média ponderada dos preços de planos coletivos pelo número de beneficiários. O modelo tornou-se alvo de críticas a partir de 2009, quando as porcentagens dos reajustes se distanciaram da inflação.

O Idec estuda as possibilidades de recursos à Justiça após a decisão do TRF-3.



Estudantes protestam contra a morte de Marcos Vinicius, de 14 anos. Familiares exigem a apuração do assassinato de estudante na Maré

O chefe da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, o delegado Fábio Cardoso, informou nesta segunda-feira (20) que será realizada uma reconstituição para esclarecer a morte do adolescente Marcos Vinicius, que foi baleado na última quarta-feira (20) na Vila dos Pinheiros, no Complexo da Maré, quando ia para a escola.

Na última segunda-feira (25), o delegado participou de uma reunião com representantes de movimentos sociais. Edson Diniz, diretor da ONG Redes da Maré, afirmou que considera os protocolos usados pela polícia em operações no Rio “desastrosos”. A ONG constatou mais de cem marcas de disparos no chão na Maré após a operação.

“Contamos mais de cem marcas de disparos no chão, nas casas, na rua. Certamente foram tiros do helicóptero, já que caveirão [espécie de tanque das forças de segurança] não atira para baixo. Foi uma coisa absurda porque colocou tudo no chão em risco”, afirmou Edson.

Bruna da Silva, mãe do adolescente contou que horas antes de falecer seu filho disse: “Mãe eu sei

quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim. Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola?”.

“Meu filho estava lúcido. Ele chegou a dizer: ‘mãe, nunca mais quero sentir essa dor na vida. Estou com sede’”, contou Bruna no IML.

Após receber os primeiros atendimentos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o adolescente foi transferido em estado grave para o Hospital Getúlio Vargas, onde passou por cirurgia e morreu no início da noite.

A mãe de Marcos e outras testemunhas afirmaram que as balas que mataram o menino foram disparadas pela polícia. Durante o velório, Bruna ergueu o uniforme manchado de sangue na altura do abdômen, que Marcos Vinicius usava quando foi baleado. “Essa é a bandeira do meu filho, é com ela que eu vou fazer justiça”, disse.

A operação policial na Maré, cujo objetivo cumprir 23 mandados de prisão, contou com policiais civis e militares e soldados do Exército, e terminou com a morte de outros seis rapazes, que a Polícia diz serem suspeitos de envolvimento na morte de um inspetor da corporação. Em vídeos compartilhados nas redes sociais é possível

ver helicópteros da Polícia Civil fazendo voos rasantes e escutar tiros. Na operação foram usados dois blindados do Exército pela Polícia Civil.

Bruna também conta que a ambulância que socorria o garoto foi parada pela polícia, demorando muito mais do que deveria. “A ambulância demorou uma hora para chegar porque os policiais mandaram ela voltar da avenida Brasil. Ai veio uma ordem superior mandando ela entrar. Nesse momento, meu filho já estava roxo, pálido, gelado. O beicinho dele já estava inchado. Ele estava falecendo ali na minha frente”, conta.

Do lado de fora do velório, que ocorreu no Palácio da Cidade, sede da Prefeitura, Bruna desabafou: “A culpa é desse Estado doente que está matando as nossas crianças com roupa de escola. Estão segurando mochila e caderno, não é arma, não é faca. Não estão roubando e nem se prostituindo, estão estudando! [...] Dizem que minha comunidade é violenta. Mas a minha comunidade não é violenta, ela é muito boa. É a operação que, quando vai lá, vai com muita truculência”.

OAB aciona Conselho Nacional de Justiça contra esterilização compulsória em SP

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com representações disciplinares no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça, para questionar a atuação dos órgãos nos dois casos de esterilização de mulheres no município de Mococa, interior de São Paulo. A entidade pediu também a Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, a apuração de denúncias de que haveriam outras decisões similares.

Em nota a OAB manifestou repúdio e expressou solidariedade à Janaina Aparecida Quirino, foi condenada em outubro de 2017 a realizar o procedimento de laqueadura tubária. A entidade destacou

que a condição de dependente química não lhe subtrai os direitos fundamentais.

Segundo a AOB há uma série de irregularidades nos autos do processo. “A vítima não teve direito à defesa, ofendendo a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa. Não houve nomeação de defensor público ou de defesa dativa. Além disso, a própria Municipalidade alertou para a necessidade de nomeação de curador especial e requereu avaliação física e psicológica, pedidos estes que foram afastados na decisão. Os autos evidenciam o comprometimento da capacidade de discernimento da vítima”, destaca a nota.

O segundo caso é o da jovem

Tatiana Monique Dias, que foi alvo do mesmo procedimento determinado após sentença judicial em março de 2017. A jovem de 24 anos foi declarada mentalmente incapaz, a laqueadura foi solicitada pela mãe, segundo o processo.

Para o presidente da OAB SP, Marcos da Costa, “precisamos de medidas urgentes que coibam este tipo de decisão no país. Não podemos aceitar que um promotor e um juiz decidam sobre os direitos individuais e fundamentais das mulheres ou de qualquer outra pessoa”, afirma. A entidade irá promover audiência pública para debater os casos de esterilização de mulheres no dia 26 de junho às 10h, na sede institucional.



Aumento atingirá 4,5 milhões de unidades consumidoras

Paraná: aumento na conta de luz de 16%

Dando sequência ao tarifaço do governo Temer (PMDB) nas contas de luz no país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou aumento das tarifas praticadas para as 4,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pela Copel Distribuição, no Paraná.

O aumento passou a valer neste domingo (24).

A Copel informou que aplicará o reajuste integral autorizado. Para os consumidores residenciais, o percentual ficou em 15,06%. Já os usuários de alta tensão, como as indústrias, vão pagar até 17,5% a mais na energia. O reajuste médio aprovado é de 15,99%.

O Paraná sedia a maior hidroelétrica do país, com o maior potencial de geração e mesmo assim sofrerá um aumento de tarifa vinculado

aos “preços dos contratos de compra de energia” das termoeletricas. Um contracenso.

O novo valor de tarifa deve ter impacto em outros setores, como na conta de água, já que boa parte dos custos operacionais da Sanepar vem da energia elétrica. Ainda que o reajuste autorizado tenha sido bem acima da inflação, não é a primeira vez que os percentuais superam em muito à oscilação dos preços ao consumidor, como em 2014, que foi superior a 30%.

A série de aumentos nas tarifas de energia que está sendo promovida pelo governo já atingiu mais de 80% da população brasileira, apenas nos últimos nove meses. Os aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica chegam a 38,6%.

Letras do HP

De Rua e Sangas, de Sidnei Schneider é lançado pela UMESPA em Porto Alegre

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMESPA) lançou, no último dia 20, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o livro “De rua e sangas”, do poeta e escritor Sidnei Schneider. O lançamento contou com mesa de debate com a participação dos escritores Dilan Camargo, ex-patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, e Jorge Fróes, poeta e professor de literatura.

Dilan Camargo, após o evento, sintetizou: “Um momento histórico em que a literatura se encontrou com a comunidade estudantil da Umepa através do livro de contos do Sidnei Schneider. Um momento inesquecível por sua dimensão humana e cultural. Feliz por ter participado”.

Entre os escritores presentes estavam Christian David, presidente da Associação Gaúcha dos Escritores; Laís Chaffe, ex-diretora do Instituto Estadual do Livro; o dramaturgo Jorge Rein, a ficcionista Dra Lúvia Petry, os poetas José Antônio Silva, Neli Germano e Lilian Rocha.

Abaixo publicamos a resenha sobre o “De rua e sangas” elaborada pela Dra Lúvia Petry.

“Schneider fez uma linda incursão pelo mundo do popular”

Dra. Lúvia Petry Jahm *

Início esta resenha falando do caráter popular do livro de Sidnei Schneider, poeta e contista, premiado em ambas as categorias, e com diversos livros em seu currículo de escritor. Não só o conteúdo do livro nos remete diretamente ao povo brasileiro (em todos os seus extratos sociais), mas também a própria concepção da obra: editado pela UMESPA [União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre], numa tiragem extraordinária de 5.000 exemplares, ele segue os padrões dos livros de cordel tão comuns no nordeste brasileiro e que se tornaram uma espécie de leitura obrigatória nas salas de aula daqueles Estados da Nação brasileira.

Segundo a fala do escritor Dilan Camargo, na noite de lançamento da obra, concordo que este livro também seja leitura obrigatória nas escolas do Rio Grande do Sul. Se todo livro é uma tessitura, e aqui faço uma menção ao poeta Jorge Fróes [o outro debatedor], há que lê-lo como quem tece uma roupa ou um tapete persa: prestando atenção nas nuances, no colorido variado das personagens, nas entrelinhas, no dito e no não-dito.

De rua e sangas divide-se em dois contos que, mesmo separados por tempos e temáticas diferentes, se entrelaçam, como os fios de um tapete, unindo-se através da singular maneira de expor as mazelas sociais, tão caras à vida literária de Schneider. O autor, dessa maneira, põe a nu os preconceitos, as ideologias, a alienação das elites e de uma classe média suficientemente abastada que, ora veem o povo como uma espécie de “burro de carga” a ser explorado, ora veem o povo como pessoas sem amor ao trabalho e sem perspectiva de vida, que não seja viver “debaixo da ponte”. O escritor também revela a alienação ideológica, quando a personagem Teteka, do conto “Comida”, quer a toda prova imitar os norte-americanos e cria assim, um “Dia de Ação de Graças” à sua moda. Com a sutileza que lhe é característica, Schneider mostra a perversidade da personagem, que, esbanjando comida em seus freezers, resolve repartir com os “desvalidos” um pouco do que tem.

Ao deduzir que as pessoas “debaixo da ponte” irão apreciar seus pratos prediletos (na realidade, todos eles, marcas registradas dos hábitos da elite), ela prepara gulseimas como “escargots” (lesmas comestíveis, caro leitor!), lagosta, uma galinha congelada, e, leva junto um ikebana, para agradar aos olhos dos menos favorecidos. No entanto, para desespero da protagonista, os três “desvalidos” que ela encontra arremessam ao ar-roio Dilúvio seus petiscos, e o conto termina numa espécie de epifania ao contrário, numa fina ironia, quase trágica, que reproduzo a seguir: “Sentaram-se em torno das pedras fumarentas, inconsoláveis. Gigante e avermelhado, o sol se punha atrás das ilhas do Guaíba, deixando um rastro sobre as águas. De mão em mão, passaram o arranjo floral, e, por teimosia ou desagravo, o comeram”.

Através de uma linguagem fluente e poética, o escritor vai delineando os personagens de seus contos. Em “Cipó”, o contador de causos da rua”, Sidnei usa e abusa de marcas da oralidade, próprias da região, de termos típicos, todos eles sejam para caracterizar o menino que inicia narrando a história, sejam para mostrar as diferenças sociais entre, por exemplo, a família do menino, Seu Lirpio (representante da burguesia ascendente) e Cipó, o contador de causos, de origem humilde, negro, e por isso mesmo, desprezado por certos descendentes de alemães. É notável a construção do preconceito racial nas entrelinhas do conto e que culmina numa tensa disputa por atenção entre o Seu Lirpio e Cipó. Feito uma boa história popular, Cipó ganha a disputa, ou melhor, a estima das crianças e da família, seus ouvintes e patrões ao mesmo tempo. O pai do menino que narra dá a Cipó uns “trocados” e finaliza dizendo que irá terminar o trabalho que o outro havia começado mas não tivera tempo de concluir. A questão racial perpassa, assim, toda a narrativa, para realizar ao final da história uma síntese: somos todos iguais.

Concluindo, podemos dizer que Schneider fez uma linda incursão pelo mundo do popular, seja na forma de realizar o seu livro, seja em sua escrita e na construção dos personagens e das narrativas. Repito aqui, as palavras de Dilan Camargo: que todos possam ter acesso a este livro, e que esta leitura tire-nos do lugar de conforto, da alienação tecnológica, ideológica, da sociedade de consumo, e que nos coloque de volta no lugar privilegiado de leitores / tecedores de histórias. Cada um a seu modo, lendo/tecendo no mundo à sua volta.

*Pós-Doutora em Literatura Lusófonas pela UFRGS/ CAPES, escritora, poeta, contadora de histórias.

Candidata petista ao governo do Rio de Janeiro defende o roubo

A pré-candidatura pelo PT da escritora Márcia Tiburi ao governo do Rio de Janeiro, ganhou grande repercussão nas redes sociais após a divulgação de um vídeo onde ela se manifesta a “favor do assalto”.

Segundo Tiburi, que se filiou ao PT em março de 2018, pouco antes do ex-presidente Lula – condenado na Lava Jato, iniciar o cumprimento da sua pena. Segundo ela, “tem uma lógica no assalto. ‘Eu não tenho uma coisa que eu preciso, eu fui contaminado pelo capitalismo’. Começa a pensar pelo ponto de vista da inversão. Se você pensar pela lógica do sistema, você começa a pensar que



Marcia Tiburi junto ao atual presidente, Lula, durante sua filiação ao PT em março de 2018

isso seria justo num contexto tão injusto”, disse a escritora em um programa de televisão.

Talvez pela enfática defesa do ofício do PT, a candidatura de Tiburi foi for-

malizada como substituta da do ex-ministro Celso Amorim, que não será mais candidato pelo partido após decisão tomada em reunião da legenda com líderes e parlamentares.

FST convoca Congresso: 'unir trabalhador contra retrocessos'

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), entidade que reúne 22 entidades nacionais de trabalhadores, decidiu em reunião no último dia 20, convocar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora para o dia 9 de agosto, na cidade de Praia Grande (SP).

O objetivo do Congresso é reunir centenas de representantes de todas as categorias e elaborar um documento que condense as vontades e anseios dos trabalhadores, a ser enviado a todos os candidatos à Presidência.

Este documento deverá dar ênfase para as questões de política econômica, com propostas que busquem a retomada do desenvolvimento econômico com base na soberania nacional, a justiça social e o combate ao desemprego. Entre os principais pontos estão a revogação da Emenda Constitucional do Teto de gastos, e da reforma Trabalhista, que entrou em vigência em novembro de 2017.

Artur Bueno, presidente do Fórum, resgatou o papel desempenhado pelo FST na resistência ao desmonte da CLT e à reforma previdenciária, quando foram cumpridas agendas em todo território nacional, e destacou a necessidade do movimento sindical priorizar a agenda política para promover uma verdadeira e real mudança no país, especialmente no Congresso Nacional.

Como está afastado para disputar o cargo de deputado federal, a entidade está sendo presidida pela metalúrgica Mônica Veloso, que também ressaltou o papel do órgão nas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Caminhoneiros: barrar piso do frete é descumprir com acordo



Reunião de dirigentes dos caminhoneiros após audiência com Luiz Fux

Redução de R\$ 0,46 não chega nas bombas um mês após fim da greve dos caminhoneiros

Depois de quase trinta dias do fim da greve dos caminhoneiros, o governo ainda não cumpriu o acordo assinado com a categoria, o qual possibilitou o fim da greve. A principal reivindicação dos rodoviários – a redução no preço do Diesel – não atingiu o valor prometido pelo Planalto, de R\$ 0,46.

Com o acordo, o governo federal publicou três medidas provisórias (MPs) para atender às reivindicações dos caminhoneiros, dentre elas a redução dos preços do Diesel em R\$ 0,46 nas bombas, direito para o consumidor.

No entanto, segundo o último levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do dia 16, o Diesel teve redução de R\$ 0,40. Essa redução foi gradual. Na primeira semana após a greve, o valor do diesel passou de R\$ 3,828 para R\$ 3,482, queda de R\$ 0,35. Na segunda semana, o diesel foi para R\$ 3,434 por litro, o que representou queda de mais R\$ 0,05.

Vale ressaltar que quando foi editada a MP, a redução deveria entrar em vigor a partir de dia 1º de junho, e duas semanas após essa data, a redução anunciada ainda não foi atingida.

Segundo informações da Petrobrás, a estatal recebia R\$ 2,1016 pelo litro do diesel nas refinarias, antes da greve. Em tabela divulgada



Acordo ainda não foi cumprido com a categoria

pela empresa constata-se que houve um abatimento de R\$ 0,07 por litro, e desde 1º de junho este valor está em R\$ 2,0316 nas refinarias.

O objetivo do governo era a redução de 0,30 centavos nas refinarias. A Petrobrás já tinha reduzido cerca de 23 centavos no dia 24 de maio e baixou mais 7 centavos. Para manter essa redução, o governo decidiu subsidiar a Petrobrás.

Isso acontece porque a política de preços praticada pela Petrobrás não foi alterada. Com os preços do combustível suscetíveis às variações do dólar e do petróleo no mercado internacional – e soma-se a isso a resolução de praticar valores ainda acima dessa margem – o governo teve que fazer esses aportes para manter

o preço congelado nas refinarias, ao mesmo tempo em que não consegue garantir a

redução nas bombas.

O objetivo dessa política é o de garantir o lucro das importadoras de combustíveis, que segundo estimativa do Ministério da Fazenda, serão beneficiadas com aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em subsídios, informou a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet). “O valor efetivo será determinado pelo volume de vendas futuro entre importação e produção nacional. Não foi definido um limite máximo de subvenção às importadoras”, afirma.

Além do diesel, também a reivindicação de um piso mínimo no preço dos fretes não está sendo cumprida, uma vez que as transportadoras não estão aplicando os valores estipulados pela ANTT (ver matéria nesta página), o que tem causado revolta entre os caminhoneiros.

ANA CAMPOS

Piso mínimo do frete, mantido pelo STF, não está sendo cumprido por contratantes

O final da greve dos caminhoneiros está completando um mês e o preço mínimo do frete rodoviário, uma das reivindicações da categoria, vem sendo amplamente descumprido pelas contratantes. As reclamações na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) já somam 2.396 e os caminhoneiros avisam: “Não dá para ficar sem o piso. Se não cumprirmos com o acordo o país vai parar de novo”, afirmou o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sindicac) de Jjuí, e vice-presidente da CGTB, Carlos Alberto Littti Dahmer.

O presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) Diumar Bueno, o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, além de líderes caminhoneiros do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso se reuniram para fazer um balanço e debater os planos de ação da categoria, após a audiência com o ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal Federal (STF), realizada na semana passada, dia 20.

Os caminhoneiros condenaram a tentativa das entidades do agronegócio de impedir o estabelecimento de qualquer piso mínimo do frete, entrando com ações no STF para derrubar a medida, instituída por meio da Medida Provisória 832. Querem de qualquer maneira passar por cima do acordo feito com os caminhoneiros. Na prática, estão desrespeitando a lei, uma vez que a tabela divulgada pela ANTT está em vigor, conforme decisão do ministro do STF. “Não há ambiente para o cumprimento dela”, diz a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ou seja, para a entidade não há “ambiente” para se cumprir a lei.

Além de manter a vigência da tabela, prevalecendo o que foi acordado na negociação que redundou no fim da greve dos caminhoneiros, Fux manteve a suspensão de todos os processos contra os preços mínimos. A decisão está mantida até pelos menos a próxima quinta-feira, 28, quando novamente as partes se reúnem para tentar um consenso sobre os valores mínimos, informou o ministro do STF.

Para Bira, “os representantes das multinacionais do agronegócio esperavam nos barrar com essas ações, mas o ministro Fux foi mais sensível à causa dos caminhoneiros, porque o frete mínimo não é um tabelamento geral dos preços, como eles querem fazer passar, mas sim uma tabela de preços mínimos, que é o mínimo para que o trabalhador precisa para ter um trabalho digno”.

A ANTT também afirmou que os valores de frete rodoviário estavam sendo subestimados, e por isso é necessário haver intervenção estatal para garantir a estabilidade econômica das empresas, cooperativas e autônomos. Segundo a Agência, a suspensão do piso do frete “lançará o país no mesmo caos em que se encontrava dias atrás”.

Em nota ao STF, a ANTT argumenta que “a execução do transporte rodoviário remunerado de cargas em valores inferiores aos definidos pela Agência pode mostrar-se prejudicial para sustentabilidade do setor, além de ensejar aumento no número de sinistros envolvendo veículos utilizados no transporte rodoviário de cargas”.

Por fim, a Agência aponta que “a tabela foi necessária para restabelecer uma situação de equilíbrio no mercado”, além do que, mesmo com os preços mínimos, ainda há espaço para “intensa concorrência e liberdade de iniciativa no que se refere ao lucro do transportador”.

Funcionários conquistam na Justiça adicionais devidos pela Petrobrás desde 2007

Os funcionários da Petrobrás conquistaram no Tribunal Superior do Trabalho (TST), na quinta-feira, 21, o pagamento de adicionais como o de periculosidade, horas extra e trabalho noturno, devidos pelas empresa desde 2007.

Nesse período foi estabelecido um acordo coletivo - sob a gestão de José Eduardo Dutra, ex-presidente da empresa e ex-presidente do PT, no primeiro mandato do governo Lula - que redefiniu a política salarial da empresa. Desde então, os benefícios foram incluídos no cálculo da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). A RMNR é um valor salarial mínimo a ser pago para empregados de um mesmo nível e região.

Como a empresa incluía os benefícios na remuneração ao invés de pagá-los a mais, diversos processos ocorreram na Justiça. Ao todo, foram sete mil ações individuais e 47 ações coletivas contra a empresa e essa política de rebaixar o salário dos funcionários.

No TST, a votação foi apertada, 13 a 12. A tese vencedora, do

ministro Alberto Bresciani, que foi o relator do caso, afirma que os “os adicionais não podem ser incluídos no cálculo de complemento”, pois “ofende o princípio da isonomia”.

Segundo o advogado representante dos petroleiros, “o TST reconheceu o que vínhamos dizendo. Nós nunca negociamos uma remuneração igual para todos. Nós nunca dissemos que seria possível fazer pagamento que ferisse o princípio da isonomia, no sentido de tratar os desiguais como desiguais e os iguais como iguais”. “Não se pode compreender que um trabalhador que arrisca sua vida em atividades perigosas ganhe exatamente igual ao trabalhador que trabalha no ar condicionado”, concluiu o advogado.

Com a decisão, que diz respeito à maior ação trabalhista da história da Petrobras, a empresa terá de pagar R\$ 15 bilhões de retroativos para trabalhadores ativos e aposentados, além de elevar a folha de pagamentos em R\$ 2 bilhões por ano.

Processos judiciais anteriores à reforma trabalhista não se aplicam na nova lei, decide TST

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, na quinta-feira (21), que os processos ajuizados antes da vigência da reforma Trabalhista, ou seja, antes de 11 de novembro de 2017, deverão responder à legislação antiga.

A importante decisão influencia em diversas questões processuais, principalmente aquelas que mais prejudicam os trabalhadores. Uma das alterações mais rechaçadas pelos movimentos sociais e jurídicos, mas que agora só valerá para processos ajuizados após 11 de novembro, exige que os custos honorários, ou seja, com advogados, recursos, etc. da parte vencedora do processo sejam pagos pela parte perdedora. Essa regra, na prática, impede que os funcionários entrem na Justiça contra uma empresa, no risco de perder, mas não da empresa de entrar contra algum funcionário.

O documento expedido pelo TST é uma Instrução Normativa, a partir da qual os juízes do trabalho devem se orientar. Segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, “o objetivo [da decisão tomada] foi assegurar o direito adquirido processual, o ato jurídico

processual perfeito e a coisa julgada”.

Anteriormente, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) vinha denunciando abusos e perseguições à livre interpretação dos juízes para com a reforma Trabalhista, inclusive para casos ajuizados antes de 11 de novembro. “A partir da aprovação da reforma Trabalhista pelo Congresso Nacional, os magistrados e magistradas do Trabalho passaram a sofrer inúmeras tentativas de intervenção na sua independência judicial e frequentes ataques, inclusive no âmbito parlamentar e pela mídia, havendo até mesmo ameaças de extinção da Justiça do Trabalho, caso não apliquem a reforma Trabalhista, de forma literal”.

Vale lembrar que no dia 28 de junho o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará se as alterações promovidas pela reforma Trabalhista, tais como o trabalho intermitente e o acesso gratuito à Justiça, são constitucionais ou não. No âmbito do STF circulam 26 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (AID) que questionam a validade da reforma.

Brasil com força total para embate contra a Sérvia rumo à classificação

Falta pouco para o jogo da seleção contra a Sérvia. Após a vitória contra a Costa Rica, o time brasileiro entrará embalado nesta quarta-feira, 27, para garantir umas das vagas do grupo E, nas oitavas de final da Copa do Mundo.

O atacante Neymar, enfim sem dores, está com astral em alta. O camisa 10 da seleção brasileira tem comentado com pessoas próximas sua alegria por conseguir executar, nos últimos dias, os mais variados movimentos sem limitações que até outro dia lhe incomodavam. Neymar se queixava de dores no pé direito, que foi operado em março, desde o treino, após o jogo contra Suíça. Nesta partida, Neymar recebeu 10 faltas.

O treino da Seleção Canarinho, na segunda-feira, em Sochi, foi voltado para preparar a equipe de acordo com as qualidades do adversário, segundo informações divulgadas pela CBF, pois o treino foi fechado à imprensa. Durante uma hora e meia, o técnico Tite desenvolveu um trabalho tático com a participação de todos os atletas, e também aprimorou os posicionamentos nas bolas aéreas defensivas.

A seleção também treinou posicionamento em campos, com o auxiliar-técnico, Matheus Bach, que desenvolveu movimentações com o campo reduzido. Os atletas foram divididos

em três times de seis atletas, com os times se revezando nas ações de ataque e de defesa. “Fizemos um trabalho de enfrentamento leve, sem muito desgaste físico dos atletas. Este trabalho de seis contra cinco visa melhorar a movimentação ofensiva, para furar a linha de defesa do adversário e, consequentemente, trabalhar a nossa linha de quatro para dificultar que o adversário entre por meio dela”, disse Bach.

O lateral direito Danilo, em recuperação de lesão no quadril, foi a campo. O jogador correu e realizou circuito de atividades sob a orientação da fisioterapia. Douglas Costa segue em tratamento intensivo, após lesão na partida contra os costarriquenhos.

O futebol da seleção se elevou após a última vitória, e deve se consolidar ao longo da competição. Em entrevista, após o jogo de sexta-feira, Tite disse que a seleção brasileira não jogará por um empate. “Nós estamos acostumados a bom desempenho e procurar vencer. Tem um DNA da equipe se formando, ela busca o gol. Se eu trouxer uma característica diferente a gente vai sair do padrão. Claro que a gente tem consciência do que possa vir, mas a gente não vai jogar para isso”... Declarou o técnico, em entrevista coletiva à imprensa.

O Brasil é líder do Grupo E, com quatro pontos. Em caso de vitória, a equipe

brasileira se classifica como primeiro do bloco. O empate também garante o Brasil nas Oitavas. No outro jogo decisivo do grupo, jogam Suíça e Costa Rica. Os Suíços têm a mesma pontuação que a equipe Canarinho. Se a Costa Rica, já eliminada, vencer este duelo, a Seleção se classifica em primeiro do grupo mesmo com um empate contra os sérvios. O Brasil e Sérvia jogam nesta quarta-feira às 15h (horário de Brasília), no Spartak Stadium, em Moscou. Possível escalação: Alisson, Fagner, Thiago Silva, Miranda, Marcelo, Casemiro, Paulinho, Philippe Coutinho, Willian, Neymar e Gabriel Jesus.



Neymar treinou sem dores nesta segunda-feira



Torcida solta o grito de “GOL” no final da partida contra a Costa Rica

Líder da OLP: “O ‘acordo do século’ de Kushner é só para legalizar apartheid israelense”

Em declarações ao Middle East Eye, o veterano negociador palestino Saeb Erekat afirmou que aquilo que o governo Trump vem chamando de “acordo do século” no Oriente Médio não passa de uma tentativa de “tornar normal o regime de apartheid israelense”.

O genro de Trump, o arquiteto-sionista Jared Kushner, anda pela região com os sauditas a tiracolo, tentando encurralar as lideranças palestinas. Para Erekat, o “acordo do século” não é um acordo – e já está sendo implementado no terreno, como demonstra “a mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém”.

No domingo (24), Kushner, marido de Ivanka, e que representou Trump na acintosa mudança da embaixada em maio, disse ao jornal Al Quds que Washington “vai tornar público o plano” e - mantendo a arrogância intervencionista típica da Casa Branca - mesmo se o presidente palestino “não quiser” voltar à mesa de negociações.

Desde que os EUA rasgaram as resoluções da ONU sobre os direitos e o Estado Palestino, o presidente Abbas se recusa a qualquer reunião com os agora indisfarçados porta-vozes do regime israelense.

“Nossa posição é baseada no direito internacional e nas resoluções da ONU. Nós não vamos aceitar nada menos do que isso, e ninguém pode impor nada sobre nós”, afirmou Erekat. Desde 1995, ele foi o principal negociador dos acordos de paz que Israel, ao invés de levar adiante, destruiu e foi o vice-chefe da delegação palestina à Conferência de Paz de Madri.

“Se houver algum plano, isso está sendo implementado no terreno: com a mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém ocupada, retirando o apoio à solução dos dois Estados, cortando fundos para a organização de refugiados da ONU, mas os direitos inalienáveis do povo palestino não estão à venda”, sintetizou Erekat.

Conforme o dirigente, os negociadores palestinos não viram ainda um esboço oficial de tal acordo. Ele acrescentou que os americanos se tornaram “nada mais do que porta-vozes da ocupação israelense”. “Se alguém foi embora, foram os emissários de Trump, cujo plano nada tem a ver com uma paz justa e duradoura e muito a ver com a normalização do regime de apartheid israelense”.

Questionado sobre as especulações de que, sob a pressão das súbitas mobilizações contra os ‘ajustes’ e da ameaça dos governos do Golfo de não socorrerem financeiramente a Jordânia em crise, o rei Abdullah III fosse arrastado a um acordo, pelas costas dos palestinos, com o primeiro-ministro Netanyahu, com quem este esteve reunido na semana passada, Erekat asseverou que de forma alguma.

A especulação, alimentada pela mídia do Golfo e israelense era que, se suficientemente archoado, o rei poderia ceder em troca de manter sua custódia sobre os locais sagrados de Jerusalém. Erekat afirmou que as relações palestinas com a Jordânia são “muito fortes”, e que o rei foi claro “em suas declarações pedindo uma Palestina livre com sua capital em Jerusalém Oriental. Estamos coordenando tudo com o lado jordaniense”.

Como registra o Middle East Eye, protestos antiausteridade que abalaram o reino no início do mês levaram uma autoridade jordaniense a sugerir que os líderes do Golfo retiveram a ajuda para pressionar o rei sobre Jerusalém, onde a Jordânia mantém a custódia sobre os lugares santos desde o mandato britânico no início do século XX. Após a reunião, o gabinete de Netanyahu declarou que este havia reiterado “o compromisso de manter o status quo nos locais sagrados de Jerusalém”.

Greve geral para Argentina contra submissão ao FMI



Região central de Buenos Aires na greve geral do dia 25 de junho

Poeta Ernesto Cardenal denuncia “terrorismo de Estado na Nicarágua”

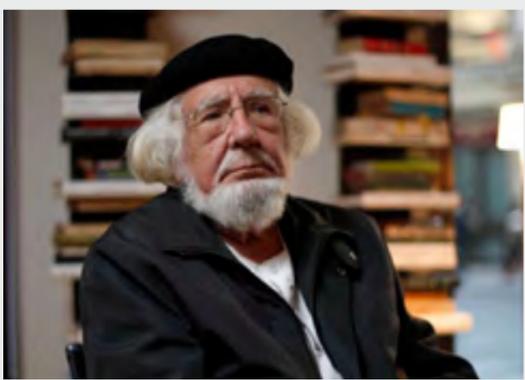
Publicamos abaixo a carta dirigida pelo sacerdote Ernesto Cardenal, poeta e ex-ministro da Cultura da Nicarágua (1979-1987, ao ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, enviado em conjunto com a Coordenadora Universitária pela Democracia e a Justiça, o documento faz um alerta que Daniel Ortega e Rosario Murillo “não podem seguir encontrando legitimidade nos movimentos de esquerda aos que, com seus atos sem escrúpulos, traíram”.

O mundo deve saber e se pronunciar a respeito do que está ocorrendo na Nicarágua: uma verdadeira crise de direitos humanos e terrorismo de Estado.

Reconhecendo que és um defensor dos direitos humanos, da luta pela dignidade e fonte de inspiração para toda a América Latina, a juventude e o povo que luta nas ruas da Nicarágua, necessitamos que somes a tua voz a nossa causa que é digna e justa.

Desde abril de 2018, os jovens nicaraguenses voltaram às ruas para exigir democracia e liberdade. Cumpriram a profecia de um dos principais artífices da cruzada nacional de alfabetização na Nicarágua, o padre Fernando Cardenal, que nunca se cansou de assegurar que assim ocorreria. Lamentavelmente, o ímpeto e determinação da juventude foram respondidos com a mais violenta repressão governamental que este país jamais viu em sua história.

Em 19 de abril, há dois meses, o governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo tirou a vida do primeiro de mais de 180 nicaraguenses, na sua maioria jovens e inclusive crianças. Há mais de 1.500 feridos, muitos desaparecidos



A estratégia do regime orteguista tem sido a de estancar o diálogo para desatar sua estratégia de terror nas ruas

e presos políticos. Estes números aumentam a cada dia que Ortega continua no poder.

No sábado, 16 de junho, uma família completa foi calcinada em um incêndio provocado pelos esquadrões da morte do regime em represália por não permitir que franco-atiradores entrassem em sua casa para, desde aí, matar a quem protestavam nas ruas.

Apesar da repressão, a mobilização cidadã tem se mantido firme, obrigando Daniel Ortega e Rosario Murillo a sentarem-se em um diálogo nacional com interlocutores para além do grande capital. Pela primeira vez, em onze anos, tiveram que se sentar com estudantes universitários, com o movimento camponês e a sociedade civil.

A estratégia do regime orteguista tem sido a de estancar o diálogo para desatar sua estratégia de terror nas ruas. Ainda é incerto se o diálogo nacional poderá dar resposta ao clamor popular que demanda que saiam imediatamente do poder e que haja justiça.

A pressão popular também

permitiu que se materializasse uma visita de trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), cujo informe preliminar coincide com o informe de Anistia Internacional a respeito das graves violações aos direitos humanos ocorridas na Nicarágua nas mãos do regime orteguista. Ambos organismos conseguiram documentar o uso excessivo da força e a violência por parte dos corpos de segurança do Estado e das forças de choque parapoliciais armadas, incluindo franco-atiradores que têm lançado disparos mortais a muitíssimas vítimas, incluindo o jornalista Angel Gabona e várias crianças.

Ortega e Murillo não podem seguir encontrando legitimidade nos movimentos de esquerda aos que com seus atos sem escrúpulos traíram. Os heróis e mártires da revolução sandinista não merecem que sua memória seja manchada pelos atos genocidas de um ditador que os traiu. As vítimas de Ortega e Murillo merecem justiça.

Repressão desatada por Ortega já ceifou a vida de 212 nicaraguenses

A violenta repressão promovida pelo presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, e por Rosario Murillo, sua vice-presidente e esposa, vem ampliando dia-a-dia o número de mortos, feridos, presos e desaparecidos, alertam diferentes organizações de direitos humanos. Conforme os últimos números levantados, são pelo menos 212 mortos e mais de 1.500 feridos, entre centenas de presos e desaparecidos por repudiarem a política neoliberal.

Desde a segunda semana de abril, tem crescido os protestos contra a dupla pelo anúncio de corte no orçamento da educação e rebaixamento do salário dos professores e das aposentadorias, com os manifestantes denunciando que o aumento da repressão aos inocentes foi transformada em banho de sangue.

Na última sexta-feira as balas orteguistas atacaram as proximidades da Universidade Nacional Autónoma

da Nicarágua, cercada por policiais e paramilitares. “Isto é indescritível. Nós reivindicamos que pare a repressão. O presidente Daniel Ortega tem em suas mãos a possibilidade de parar isso. Em primeiro lugar, ordenando o fim da repressão e, em segundo lugar, renunciando ao cargo, porque as pessoas não vão se render”, declarou Vilma Núñez, presidenta do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos.

Turcos reelegem Erdogan para a Presidência

Recep Tayyip Erdogan, foi reeleito no primeiro turno para a Presidência da Turquia, obtendo 53% dos votos nas eleições realizadas neste domingo. Nas eleições parlamentares, o partido de Erdogan, Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), obteve 44% dos votos, abaixo dos 49% obtidos nas eleições anteriores. Para atingir a maioria parlamentar, Erdogan deve se aliar Movimento Nacional (MHP) que chegou a 11% nas proporcionais.

Os turcos foram em massa às urnas, com uma participação superior a 88%.

Erdogan tem modificado seu posicionamento no Oriente Médio seja por conta do apoio norte-americano às facções curdas armadas na vizinha Síria, que os Estados Unidos lotaram de terroristas na obsessão de derrubar o

governo independente e democrático de Bashar Al Assad.

A Turquia, que ao princípio do conflito imposto à Síria entregou território e base militar para servir de plataforma para o ataque por encomenda ao país com o qual faz fronteira ao sul, tem se distanciado dessa novata articulação, participado das negociações pela paz e reconciliação na Síria em conjunto com a Rússia e o Irã, que apoiaram a resistência síria à agressão externa.

Neste processo, houve uma tentativa de golpe envolvendo setores dentro das forças armadas turcas, por Fethullah Gulen, que reside nos Estados Unidos. O golpe foi debelado e, além disso, ele se fortaleceu conseguindo ampliar seu poder através de um plebiscito que levou a Turquia do parlamentarismo ao regime presidencial.

A Turquia firmou projetos de desenvolvimento e de defesa com

a China e a Rússia. Com esta última, acordou a construção de gasoduto que deve ligar fontes russas de gás a consumidores europeus. A parceria é entre a russa, Gazprom e a turca Botas.

Estes acordos, junto com a vitória na Síria com apoio russo, iraniano e libanês, mudam o panorama político e ajudam a desmontar a ingerência hegemônica dos EUA na região.

Desde a chegada dele ao poder a Turquia tem crescido e sobreviveu nesta de desenvolvimento à crise de 2008. Em 2017, mesmo após a tentativa de golpe em julho de 2016, que fez a economia parar de crescer momentaneamente, a situação se recupera e em 2017, o país apresenta um crescimento de 7,4%. O desemprego, que em fevereiro de 2017 estava em torno dos 12,6%, se encontra na faixa dos 10,6%, conforme medição em fevereiro deste ano.

A greve geral argentina, sob comando das centrais CGT e CTAs, teve ampla adesão de metalúrgicos, caminhoneiros, servidores, trabalhadores da construção, transporte, entre os diversos setores

A greve geral na Argentina, que teve início às 0:00 horas da segunda-feira, 25, foi contundente e parou o país. O movimento sindical argentino, organizado em 5 centrais, superou suas divergências e expressou o repúdio do povo ao acordo com o FMI, o ajuste e o aumento de tarifas que o governo de Mauricio Macri busca aplicar.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT), com a adesão das duas Centrais Gerais de Trabalhadores (CTA), se somaram pequenas e médias empresas nacionais esmagadas pela política de privatização e importacionismo.

Os principais acessos à cidade de Buenos Aires amanheceram interrompidos. Metalúrgicos, bancários, funcionários públicos, docentes, funcionários da construção civil e do sistema financeiro não trabalharam. Na região de Rosário, terceira cidade do país, onde se encontra o maior polo agroexportador da Argentina, os embarques de grãos foram paralisados pela greve de trabalhadores do porto e de funcionários da alfândega.

“A paralisação foi total, há uma realidade que não dá para ocultar. Este governo não tem como trazer soluções porque se entregou ao FMI”, afirmou Hugo Moyano, secretário-geral da CGT, e acrescentou que “não pode se esperar nada deste governo; eles nos levaram a esta situação extrema, de fome e eles mesmos nos dizem descaradamente que tudo está melhor e é isso lhe dá mais bronca às pessoas”. Héctor Daer, também da Confederação, disse que “desde dezembro de 2015 até hoje houve uma inflação de 95%, e não são os trabalhadores os culpados desse processo”. Lembrou ainda que o plano econômico vigente favoreceu “os setores que ganham mais e que mais têm, como o setor agropecuario e as mineradoras”.

O líder da CTA dos Trabalhadores, Hugo Yasky, assinalou que a greve de hoje é “um sinal de rechaço absoluto” ao FMI e que os trabalhadores não pensam “abandonar a rua nem um instante” para mudar a política econômica. “Se (o governo) não convocar um diálogo social vinculante

para discutir como sair desta crise continuarão havendo manifestações e greves”, advertiu o dirigente da CTA Autônoma, Pablo Michetti.

Esta é a terceira greve geral - depois das realizadas no 6 de abril e em 18 de dezembro de 2017 - convocada no prazo de 15 meses contra a política econômica do governo de Macri.

Os sindicalistas denunciam o “programa” do FMI através do qual, para conseguir um empréstimo de 50 bilhões de dólares, destinados a pagar bancos, Macri se compromete a seguir eliminando postos de trabalho no setor público, reduzindo subsídios para energia e transporte, congelando novas contratações. Além disso, o FMI exige que haja um corte de 15% em serviços e bens adquiridos pelo Estado e o fim do Fundo de Garantia Solidária, destinado aos aposentados deixando-os ainda mais desprotegidos.

Como proposta concreta, os sindicatos exigem que a negociação de aumentos salariais deste ano seja reaberta, para que os reajustes fiquem de acordo com a projeção de inflação, calculada pelo próprio Banco Central em 27%.

Na maioria das negociações, o governo impôs como referência a - já estourada - meta de inflação anual de 15%. Só o acumulado entre janeiro e maio já chega a 11,2%. Nem Macri consegue mais sustentar esse despropósito.

Os sindicalistas denunciam que essas medidas do “programa” do FMI, que atingem o conjunto da população, sequer foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

Com uma revolta crescente pela situação econômica, todos os setores sindicais, que se enfrentam em muitos momentos, estão atuando unidos. “Tomara que esta paralisação seja o início da unidade do movimento sindical e que possam se recompor as diferenças da CGT com outros setores. Vamos rejeitar qualquer tentativa de reforma trabalhista que prejudique os trabalhadores. O nó é o acordo com o FMI e não vamos deixar passar”, disse Pablo Moyano, do Sindicato dos Caminhoneiros.

SUSANA SANTOS

“A reconstrução da Síria dispensa EUA e os demais que bancaram terroristas”, afirma Bashar Assad

Em entrevista concedida no domingo (25) à jornalista Irada Zeynlaova, do canal de televisão russo NTV, o presidente sírio, Bashar Al Assad, afirmou que não há lugar na reconstrução da Síria para os países ocidentais, que bancaram e armaram os terroristas que devastaram o país. “Não farão parte, seja com dinheiro, sem dinheiro, sob empréstimo, doação ou concessão, seja o que for. Não precisamos do Ocidente e não permitiremos que façam parte da reconstrução. O Ocidente não age com honestidade, não dá nada, só tira”.

Zeynlaova havia feito a observação de que o custo estimado da reconstrução é de US\$ 400 bilhões. Assad lembrou as primeiras negociações da Síria com os EUA em 1974: “nunca conseguimos nada em qualquer assunto”. Ele acrescentou que o problema dos presidentes americanos é que eles são “reféns de seus lobistas, da grande mídia, das enormes corporações, das finanças, petróleo, indústria bélica”.

“Não temos essa posição sobre os americanos só porque são americanos” e estamos prontos a discutir “com qualquer um” que possa ser produtivo, acrescentou. Ele apontou que “não há porque acreditar que a política americana será diferente no futuro previsível”.

Questionado pela jorna-

lista russa sobre eventual risco da “volta do Estado Islâmico ou da Al Qaeda”, Assad retrucou que estes são decorrências da ideologia extremista promovida durante cinco décadas pelos wahabitas sauditas com apoio político dos Estados Unidos e do Ocidente em geral, juntando um aspecto supostamente religioso e, outro, político. “Não é algo espontâneo”, assinalou.

Quanto a “retornarem”, Assad considerou uma possibilidade, “porque serão usados repetidas vezes pelas potências ocidentais, mas talvez sob marcas diferentes”. Como lembrou, “esses poderes estavam no Afeganistão trinta anos atrás e Reagan os chamou de guerreiros sagrados, não os chamou de terroristas. Agora são chamados de terroristas, mas eles estão usando esses terroristas”.

Sobre as montagens do uso de armas químicas, como em Ghouta e outras áreas, Assad ressaltou que “desde 2013 não temos armas químicas e mais: quando você está ganhando a guerra, não há porque usar essas armas e, na verdade, toda a vez que estivermos vencendo eles inventarão isso para justificar a intervenção. Esta é a nova lógica, que é usada como pretexto para apoiar os terroristas na Síria.”

Autoridades da Itália e Malta impedem navio com refugiados de atracar em seus portos

Pela segunda vez neste mês, as autoridades da Itália e Malta se recusaram receber um navio de resgate com centenas de migrantes refugiados em seus portos.

O navio de resgate, o MV Lifeline, dirigido pela organização alemã Mission Lifeline, não conseguiu desembarcar as 234 pessoas que foram resgatadas de dois botes de borracha no Mediterrâneo na última quinta-feira (21).

Um outro navio, de carga, o Alexander Maersk, também estava espandando a autorização para atracar em um porto italiano com 110 migrantes resgatados a bordo. O que não aconteceu.

“Eles têm o direito de viver”, disse Axel Steier, fundador da Mission Lifeline, sobre os migrantes. “E eles têm o direito de procurar asilo, e isso não está sendo garantido no momento. E como se você estivesse preso no oceano”.

O novo ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, um opositor da imigração, negou a autorização ao navio a vir para a Itália e indicou a “devolução” das pessoas à Líbia. Ele também postou um vídeo em sua página no Facebook na quinta-feira, criticando o MV Lifeline.

A organização respondeu com seu pró-

prio post no Facebook no domingo. “Caro Matteo Salvini, não temos carne a bordo, mas humanos”, dizia. “Nós cordialmente convidamos você a se convencer de que são as pessoas que salvamos do afogamento.”

O Centro de Coordenação de Resgate Marítimo Italiano esteve envolvido na coordenação de ambos os resgates. Mas as autoridades italianas não deixaram os navios atracar.

As autoridades maltesas trouxeram suprimentos humanitários para o MV Lifeline no sábado, mas Malta também lhes recusou a entrada, dizendo que não poderia assumir a responsabilidade pelo navio. O primeiro-ministro Joseph Muscat, de Malta, escreveu no Twitter que o navio deve se mover em direção ao seu destino original e que Malta “não tem responsabilidade por isso”.

Outro navio de resgate de migrantes, o Aquarius, passou pela mesma situação neste mês. Passou uma semana ao mar depois de ter sua entrada recusada pela Itália e Malta, com centenas de pessoas a bordo. Finalmente, o governo espanhol, recém-constituído, acabou aceitando dar abrigo ao Aquarius, e os migrantes desembarcaram em Valência.

Rússia e China repelem anúncio dos EUA de militarizar o espaço

A decisão do governo Trump, de criar um novo braço armado para os EUA, o sexto do Pentágono, sua “força armada espacial”, foi repudiada pela Rússia e a China. Em março, quando pela primeira vez falara nisso, Trump havia dito que sua estratégia nacional via o espaço como “um campo de batalha, igual a terra, ar e mar”. Agora, de forma explícita, acrescentou que o objetivo da nova força é impor “o domínio norte-americano do espaço”.

O anúncio foi imediatamente condenado por Moscou, por pôr mais lenha na fogueira armamentista, com a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, explicitando que o mais grave no anúncio é o objetivo claramente indicado de “dominar o espaço”. “O reforço militar no espaço teria um impacto desestabilizador sobre a estabilidade estratégica e a segurança internacional”, advertiu.

Zakharova acrescentou que, para a Rússia, a prioridade é a exploração do espaço para fins pacíficos. “Nosso país não tem interesse em realizar nenhuma tarefa no espaço usando meios de ataque”, insistiu. A Rússia opera, junto com os EUA e demais parceiros, a Estação Espacial Internacional e desde que Washington aposentou os ônibus espaciais Shuttle, são foguetes russos que mantêm a ISS abastecida. Lançadores americanos dependem no momento de motores russos.

Também Pequim manifestou sua oposição a qualquer “força armada espacial”. “O espaço é um bem que é compartilhado por toda a humanidade. A China sempre advogou o uso pacífico do espaço e se opõe à sua militarização e à carreira armamentista espacial”, afirmou o porta-voz da chancelaria, Geng Shuang.

Ele também contestou a “percepção do espaço como um ‘campo de batalha’”, expressa por Washington, manifestando a esperança de que os países “façam um esforço conjunto para preservar a paz e a calma no espaço exterior”.

A criação efetiva dessa “força armada espacial” depende de aprovação do Congresso e a porta-voz do Pentágono, Dana White, asseverou sem entusiasmo que será analisada cuidadosamente. Não é a primeira vez que os EUA se propõem a militarizar o espaço – o que era o centro da mirabolante “guerra nas estrelas” do governo Reagan, que acabou fracassando.

Desde 1967, está em vigor o Tratado do Espaço Exterior, que proíbe a colocação de armas de destruição em massa no espaço e define como para fins pacíficos o uso da Lua e outros corpos celestes. EUA, Rússia, China e mais 104 países são signatários. Pelo visto, é mais um tratado que Trump almeja rasgar.

EUA confirma suspensão dos ensaios de guerra de agosto com Coreia do Sul

Cumprindo o compromisso assumido pelo presidente Trump na cúpula de Cingapura com o líder coreano Kim Jong Un, o Pentágono anunciou na sexta-feira (22) que estão suspensos os exercícios militares no sul da Coreia indefinidamente, o que inclui as manobras de grande escala Ulchi Freedom Guardian, que todos os anos se repetem em agosto, mês da independência coreana (15 agosto, rendição das tropas japonesas), para evidenciar a ocupação sobre o sul, dificultar qualquer comemoração conjunta das duas partes da Coreia e ameaçar o norte de destruição.

“Para apoiar a implementação dos resultados da cúpula de Cingapura, e em coordenação com nosso aliado República da Coreia, o secretário Mattis indefinidamente suspendeu exercícios selecionados”, disse a porta-voz do Pentágono Dana W. White. No ano passado, 17,5 mil norte-americanos e mais de 50 mil tropas sul-coreanas participaram da Ulchi Freedom Guardian.

No jargão do Pentágono, outros dois “treinamentos do Programa de Intercâmbio com a Marinha Coreana” programados para os próximos três meses também estão cancelados. Ao prometer a interrupção dos exercícios militares no sul da península coreana, o próprio Trump havia admitido que

eram “muito caros”, além de “provocativos” – o que foi o que Pyongyang sempre disse. Na declaração, o Pentágono acrescentou que a suspensão desses exercícios militares provocativos estará em vigor enquanto Pyongyang agir “de boa fé” nas negociações em curso.

Também na sexta-feira, Trump prorrogou por mais um ano as sanções unilaterais contra a Coreia Popular (norte), apesar da cúpula. No entanto, esta semana ele alardeou que a “desnuclearização já tinha começado” de fato, pois Pyongyang estaria destruindo “quatro locais de teste nuclear” e ainda agradeceu a devolução de 200 restos mortais de soldados norte-americanos que tombaram na guerra de 1950-53.

Por sua vez, norte e sul anunciaram que entre os dias 20 e 26 de agosto realizarão reuniões de famílias separadas pela guerra na península há mais de 65 anos. As reuniões congregarão cem famílias e acontecerão em um hotel do monte Kumgang, no litoral sudeste norte-coreano, que já sediou antes esse tipo de encontro, informou a agência sul-coreana Yonhap. Serão as primeiras reuniões de famílias separadas em três anos. Nação milenar, a Coreia está dividida há 73 anos, desde que as tropas norte-americanas entraram em 1945 para “desarmar os japoneses” e desde então não saíram.

Trump quer campos de concentração com 20 mil crianças e 120 mil adultos



Crianças imigrantes no centro de detenção de Nogales, estado do Arizona

ONU à Casa Branca: “Liberte as crianças e pare de usá-las para impedir a migração irregular”

Em nota conjunta, especialistas da ONU em várias áreas dos direitos humanos repudiaram em Genebra o remendo feito pelo governo Trump à sua nefasta política de imigração, denunciando que a nova ordem executiva de 20 de junho “não aborda a situação de milhares de crianças migrantes” que já foram separadas da força de seus pais e pode levar “à detenção indefinida de famílias inteiras, violando os padrões internacionais de direitos humanos”.

“Pedimos ao governo dos EUA que liberte essas crianças da detenção de imigrantes e as reúna com suas famílias com base nos melhores interesses da criança e nos direitos da criança à liberdade e à unidade familiar”, disseram os especialistas.

“A detenção de crianças é punitiva, dificulta severamente o seu desenvolvimento e, em alguns casos, pode resultar em tortura”, acrescentaram. “As crianças estão sendo usadas como um impedimento para a migração irregular, o que é inaceitável”.

Eles assinalaram ainda, que embora a unidade familiar deva ser “preservada a todo custo”, isto não pode ser feito à custa da “detenção de famílias com seus filhos” e pediram que sejam encontradas “outras alternativas”.

Os experts em direitos da ONU denunciaram, ainda que “a falta de registro adequado torna o acompanhamento e a reunificação final dessas crianças particularmente desafiadora” e que persiste o temor de que “algumas crianças nunca possam se reencontrar com seus pais”.

Lembrando que a maioria dos detidos são solicitantes de asilo da Guatemala, El Salvador e Honduras, que fugiram de seus países por causa da insegurança, violência e violação de seus direitos humanos, o documento

aponta que esses imigrantes são na maioria “de povos indígenas ou grupos étnicos ou raciais caracterizados como não-brancos nos EUA”.

Assinam o documento os relatores especiais em direitos da ONU Felipe González Morales (migrantes); Victoria Tauli-Corpuz (povos indígenas); Catalina Devandas (pessoas com deficiência); Maud de Boer-Buquicchio (contra a venda e exploração sexual de crianças); Nils Melzer (tortura e outros tratamentos degradantes); Dainius Pūras (direito à saúde); Maria Grazia Giammarino (tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças); Seong-Phil Hong (detenção arbitrária); Ivana Radačić (discriminação contra as mulheres); Dubravka Simunović (violência contra as mulheres); e E. Tendayi Achiume (formas contemporâneas de racismo, xenofobia e intolerância).

Michael Moore: “Estados Unidos iniciaram separando bebês dos índios e dos escravos”

“Passamos de separar os bebês indígenas de seus pais – e logo exterminá-los -, para roubar bebês de seus pais escravos – e logo revendê-los - a construir um país baseado no trabalho infantil – trabalhando em fábricas desde os oito anos”, afirmou o renomado cineasta Michael Moore, denunciando que a política de Trump de separar os filhos de seus pais tem raízes na própria história dos Estados Unidos.

Em sua conta no Facebook, o cineasta norte-americano recorda da prática nos EUA “de encarcerar as crianças nipo-americanas nos campos de internação, permitindo que sacerdotes

abusem sexualmente de crianças durante décadas, enfiar baldes de xarope de milho com alto teor de frutose pela garganta das crianças - até que metade delas forme parte de uma epidemia de obesidade infantil - e converter nossas escolas em campos de extermínio porque amamos nossas armas mais do que amamos as nossas crianças”.

“A quem estamos enganando?”, questionou. “Basta de nos fazer de surpresos de que Trump esteja sequestrando crianças hispânicas de seus pais, como se isso ‘não fosse o que somos’. Sim, é. SEMPRE foi. Não finjam que Trump está violando ‘nossos valores america-

nos’. Abusar criança é um valor histórico americano. Estejam orgulhosos, americanos. Trump somos nós”.

“Para deter esta loucura temos que deixar de nos contar contos de fadas a cerca do passado e enfrentar o presente, colocando nossos corpos na linha de tiro por estas crianças. Averiguem onde estão presas as crianças que Homeland Security sequestrou (18 estados têm penitenciárias onde prenderam meninos e meninas). Vão, cerquem o edifício e não se retirem até que estas crianças se reúnam com seus pais. Se eles fossem seus filhos é EXATAMENTE o que fariam. Eles são seus filhos”.

Trump mantém presas 51 crianças brasileiras

Entre as inúmeras perwersões, a política de “tolerância zero” de Trump mantém uma brasileira migrante separada há quase três semanas de sua filha pequena, limitada a falar somente por telefone numa ligação de, no máximo 10 minutos, e apenas duas vezes por semana. Até o momento são 51 os pequenos brasileiros que, vistos como ilegais, são amontoados nos “baby jails” norte-americanos, que totalizam mais de 2.300 crianças, muitas delas há mais de três mil quilômetros dos seus pais e sem sequer saber se retornarão algum dia a vê-los.

Em entrevista ao programa Fantástico, uma mãe que preferiu não se identificar, disse que ela e a filha foram presas por agentes da fronteira no dia 31 de maio ao tentar entrar em solo americano pelo Texas e separadas já no dia seguinte. “A gente estava passando uma fase difícil lá no Brasil, né? Não estava nada bom para o meu esposo. Ele acabou se endividando em algumas coisas e resolveu vir. Ai ele veio, e através dessas dívidas, eu também comecei a ser ameaçada. E eu fui, peguei a minha filha mais nova e vim”, relatou. De acordo com a brasileira, ela ficou “na cadeia, em um quarto que tinha cerca

de umas 50, 60 mulheres, mais ou menos. Ou até mais, né? Vou colocar umas 70”, contou.

Para completar o reino de angústia e horror, a mulher foi obrigada a passar cinco dias na prisão sem sequer saber onde estava a filha. Frente à pressão, na primeira audiência se declarou “culpada” e foi liberada. Quando saiu da cadeia, a brasileira se encontrou com o marido e o filho que já viviam nos Estados Unidos como imigrantes ilegais. Agora esperam todos a provável deportação, enquanto tentam desesperadamente poder ficar com a menina.

Chefe do Pentágono, general ‘Mad Dog’ Mattis, confirma que os dois primeiros campos de concentração para imigrantes serão no Fort Bliss e na base aérea Goodfellow, no estado do Texas

Em meio à comoção nos EUA e no mundo inteiro pela separação forçada dos filhos de imigrantes detidos na fronteira pelo regime Trump, declaração do Pentágono de que foi “orientado” a se preparar para abrigar até 20 mil crianças imigrantes e mais 120 mil imigrantes adultos confirma que a xenofobia e a crueldade em Washington parecem não ter fim. Atualmente, só de imigrantes menores desacompanhados são 11 mil cativos. No domingo (24), Trump, pelo Twitter, propôs a deportação sumária e extrajudicial dos imigrantes capturados na fronteira. Na sexta-feira, montou um circo com familiares de “vítimas dos animais” imigrantes.

Na segunda-feira (25) o secretário do Pentágono, general ‘Mad Dog’ Mattis oficialmente confirmou que serão as bases no Texas de Fort Bliss em El Paso e de Goodfellow em San Angelo que sediarão os campos de concentração para imigrantes detidos, sem entrar em detalhes. A porta-voz Dana White havia anteriormente falado em “três bases” no estado e mais outra “em análise” no Arkansas. A ordem de Trump, via Departamento de Saúde e Serviços Humanos, era de “até 20 mil camas temporárias para crianças estrangeiras desacompanhadas”.

Candidamente, como se não se tratasse de campos de concentração para crianças em bases militares, Mattis asseverou que “forneceremos o apoio que o Homeland precisa para abrigar as pessoas sob sua custódia”. “Não vamos entrar no aspecto político”, acrescentou, dizendo que era simplesmente um “apoio logístico” ao Homeland, que cuida da imigração. Mas mostrando que os brutos também fazem poesia, esmerou-se com “fornecer abrigo para aqueles que precisam é uma função governamental legítima”.

Na sexta-feira (22), já havia vazado um memorando estendendo os campos de concentração também às bases da Marinha, com a meta de segregar mais 120 mil imigrantes. O documento foi elaborado pela secretária adjunta da Marinha para Energia, Instalações e Meio Ambiente, Phyllis Bayer, para assinatura do secretário

da Marinha Richard Spencer.

Serão campos de concentração imensos, com capacidade para 50 mil imigrantes cada um, perto das maiores populações de imigração dos EUA. Dois na Califórnia, um perto de San Francisco e outro junto da maior base de marines do país, entre San Diego e Los Angeles. Em bases do Arkansas seriam confinados mais 25 mil, próximo a Móbile e Orange Beach. O custo estimado para seis meses de apartheid foi de US\$ 233 milhões. O memorando também sugere que a proposta de apartar imigrantes em uma base dos marines no Arizona seja analisada mais profundamente.

Enquanto Trump prepara uma extensão em escala exponencial da detenção de imigrantes, veio a público as barbaridades que estão ocorrendo nos ‘abrigos’ e prisões que já estão operando. A Associated Press revelou que os abusos cometidos no ano passado contra jovens imigrantes latinos que chegaram desacompanhados, em abrigo em Shenandoah Valley, perto de Staunton, na Virgínia. De acordo com declarações juramentadas, dadas pelas vítimas em espanhol e depois traduzidas, ao tribunal federal do Distrito Ocidental da Virgínia, crianças de até 14 anos foram espancadas enquanto algemadas, amarradas a cadeiras despidas e encapuzadas e mantida por longos períodos em confinamento solitário, às vezes nuas e no frio.

MAUS-TRATOS

No Texas, em um ‘centro de detenção’ em Shiloh, outro tipo de bestialidade. Crianças imigrantes foram dopadas e drogadas, conforme processo judicial apresentado pelo Centro de Direitos Humanos e Direito Constitucional. Um relato diz: “Algumas crianças mantidas em Shiloh relataram ter recebido até nove píbulas diferentes pela manhã e seis à noite, incluindo drogas antipsicóticas, antidepressivos, medicação para a doença de Parkinson e medicações para convulsões. Eles foram ameaçados de permanecerem detidos se recusassem as drogas, denuncia o processo. Após serem drogadas, as crianças experimentavam efeitos colaterais que as deixavam fatigadas e incapazes de andar”.

ANTONIO PIMENTA

Mulheres sauditas já podem dirigir

Mais de um século após a invenção do automóvel, em uma demonstração de que o obscurantismo wahabita também pode evoluir, do alto da sua magnanimidade o príncipe coroadado Mohammad bin Salman autorizou em setembro do ano passado as mulheres sauditas a dirigirem, o que finalmente entrou em vigor no domingo (24). Melhor, nem precisam mais temer a chibata por tamanha ousadia. Algumas das que ousaram continuam presas.

Para justificar o preconceito contra as mulheres no volante, em 2013 um conhecido clérigo saudita, o xeque Saleh al-Louhaidan, chegou a asseverar que dirigir carros poderia danificar os ovários das mulheres e deformar a sua pelve, levando a malformações dos recém-nascidos. “Tenho arrepios. Nunca imaginei em toda a minha vida que conduziria nesta avenida”, contou à AFP Samar Almgren, apresentadora de televisão e mãe de três filhos, enquanto descia a avenida Rei Fahd, principal artéria da capital saudita, ao volante do seu automóvel, poucos minutos depois da meia-noite. Em Jeddah, a cidade onde vive, as primeiras mulheres a conduzir foram recebidas com aplausos nas ruas, segundo a Al Jazeera.

A PricewaterhouseCoopers estimou em 3 milhões o número de mulheres que irão tirar carteira de motora.

As primeiras licenças de condução para mulheres começaram a ser emitidas no início do mês e em muitos casos tratou-se simplesmente da troca de uma carteira de motorista estrangeira por uma licença saudita.

Em parte a mudança não passa de um gesto de relações públicas, para melhorar a imagem do regime feudal absolutista em vigor no país, sob a tutela dos EUA. Conforme Hana Al Khamri, este regime “despojou as mulheres sauditas dos direitos que a maioria das mulheres muçulmanas desfruta”. Mas é também devido à imperiosa necessidade de alterar as bases econômicas do país, hoje totalmente dependente do petróleo, com o plano de que até 2030 as mulheres passem a ser cerca de 30% da mão de obra – contra os atuais 18%.

O grau de opressão a que as mulheres estão submetidas na Arábia Saudita é terrível, como relata Al Khamri. São legalmente tratadas como menor; “do berço ao túmulo”; precisam do consentimento de um guardião do sexo masculino “para poder estudar, viajar, trabalhar, casar ou obter alguns documentos oficiais”. Uma mãe divorciada ou viúva está sujeita à tutela de seu próprio filho adolescente. Como assinalou Al Khamri, “a luta das mulheres sauditas pela igualdade e pelo direito à cidadania plena está longe do fim”.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (11)

Quando o notório Parvus roubou dinheiro dos direitos autorais de “Ralé” (“O Albergue Noturno”), Máximo Gorky pediu o conselho de Lenin. Este escreveu, em resposta: “nesses casos, Marx e Engels recomendam chamar a polícia”

CARLOS LOPES

Examinar a questão do Direito – não tanto a sua teoria, mas como esta teoria está implícita na ação dos profissionais de Direito – em nossa época, no Brasil de hoje, significa, antes, enfrentar uma questão recorrente em certo tipo de escrito, algo maçante pela incapacidade de apreender minimamente a realidade: existe uma moral burguesa e uma moral proletária?

Ou seja, existem várias éticas dentro de uma mesma sociedade?

Em geral, apresenta-se essa questão a partir do que escreveu Engels. Os leitores mais veteranos e mais afeitos à literatura sobre o assunto, conhecem os trechos do “**Anti-Dühring**” em que ela é exposta. Aqui, nós os reproduziremos, tendo como referência os leitores mais jovens:

“Que espécie de moral nos pregam hoje? Temos, em primeiro lugar, a moral cristã-feudal, que nos legaram os velhos tempos da fé e que se divide, fundamentalmente, em uma moral católica e em uma moral protestante, com toda uma série de variações e subdivisões que vão desde a moral católica dos jesuítas e a moral ortodoxa dos protestantes, até a uma moral de certo modo liberal e tolerante. E, ao lado dessas, temos a moderna moral burguesa e, ao lado da moral burguesa moderna, a moral proletária do futuro. Portanto, somente nos países mais avançados da Europa, há três grupos de **teorias morais**, simultâneas e coexistentes, que correspondem ao passado, ao presente e ao futuro. Qual delas é a verdadeira? Em sentido absoluto e definitivo, nenhuma; mas, evidentemente, a que contém mais garantias de permanência é a moral que, no presente, representa a destruição do presente, o futuro, ou seja, a moral proletária” (cf. Karl Marx/Friedrich Engels, **Werke, Band 20**, Dietz Verlag Berlin, 1975, pp. 86-87, grifo nosso).

Engels refere-se à luta de classes no campo moral. Por isso, usa a expressão “**teorias morais**” [Moraltheorien]. O que é diferente da ética do conjunto da sociedade, que é um produto, exatamente, da luta entre essas teorias, da luta entre as classes a que correspondem essas teorias.

Por isso, mais à frente, no mesmo capítulo do “**Anti-Dühring**”, ele frisa:

“Essas teorias morais representam três estágios diferentes do mesmo desenvolvimento histórico e, portanto, têm um fundo histórico comum – logo, têm, necessariamente, muito em comum. Ainda mais. Em níveis iguais ou quase iguais de desenvolvimento econômico, as teorias morais devem necessariamente concordar, em extensão maior ou menor” (idem, p. 87).

O exemplo de Engels sobre essa concordância entre as várias “teorias morais”, é bastante ilustrativo para nossos dias:

“A partir do momento em que a propriedade privada dos bens móveis se desenvolve, todas as sociedades onde isso aconteceu devem ter em comum o mandamento moral: não roubarás” (idem).

Considerando que uma “filosofia” – e pré-candidata do PT ao governo do Rio de Janeiro – declarou-se, literalmente, a favor do assalto, não deixa de ser interessante que Engels considere que esse mandamento moral pertence, também, à moral proletária.

Embora, todo o esforço de Engels, nesse capítulo do “**Anti-Dühring**”, é para demonstrar que, mesmo em moral, não existem “verdades eternas”.

Mas isso não quer dizer que a superação de uma moral – ou de um mandamento moral – possa ser um afundamento na

barbárie, ou seja, a supressão da moral.

Pelo contrário, diz Engels, “não há dúvida que, no todo, em largos traços, a evolução da moral, assim como a dos demais ramos do conhecimento humano, dá-se sempre no sentido do progresso” (idem, p. 88).

Por isso, a superação do mandamento “não roubarás”, não pode consistir na permissão geral para o roubo – ou, o que é a mesma coisa, na impunidade para os ladrões:

“este mandamento da lei moral é eterno? De maneira nenhuma. Em uma sociedade na qual os motivos para roubar foram eliminados, em que, portanto, o ato de roubar somente poderia ser cometido, no máximo, por alguém com doença mental, o pregador de moral que proclamasse solenemente a verdade eterna do mandamento ‘não roubarás’, seria ridicularizado por todos” (idem, p. 87).

FUTURO

No “**Anti-Dühring**”, Engels frisa que a moral tem uma determinada base material, econômica. Daí a existência de diferentes “teorias morais” em cada classe particular:

“vendo que as três classes da sociedade moderna, a aristocracia feudal, a burguesia e o proletariado, possuem a sua moral particular, teremos, necessariamente, de concluir que os homens, consciente ou inconscientemente, derivam suas ideias morais, em última análise, das condições práticas em que se baseia a sua situação de classe, ou seja, das condições econômicas em que produzem e trocam os seus produtos” (id., p. 87).

Porém, a ética das várias classes não são estranhas – ou inteiramente estranhas – umas às outras. Já vimos que essas éticas coincidem em pontos decisivos (“não roubar”, por exemplo), devido a pertencerem ao mesmo processo histórico.

Mas, qual é a ética dominante na sociedade?

Seria fácil parafrasear o conhecido dito sobre as ideias dominantes, para dizer que a ética dominante, em uma sociedade, é a ética da classe dominante.

Daqui se depreenderia, por exemplo, que uma nação cuja classe dominante é composta pelos monopolistas de outro país (ou de outros países), seria dominada pela negação da ética, característica dessa classe. O que parece corresponder ao Brasil de nossos dias.

Mas Engels, de passagem, faz uma advertência contra essa facilidade de interpretar o real, tão característica de certa preguiça da pseudo-esquerda:

“como até agora a sociedade desenvolveu-se através de antagonismos de classe, a moral foi sempre uma moral de classe, que justificou a dominação e os interesses da classe dominante, ou, quando a classe oprimida se tornou poderosa e o suficiente, legitimou a revolta, a indignação contra essa dominação e os interesses futuros dos oprimidos” (id., p. 88, grifo nosso).

Por fim, Engels examina a questão moral na sociedade futura, na sociedade em que não existirão classes. Aqui, não se trata da sociedade socialista, mas daquela sociedade que, na “**Crítica ao Programa de Gotha**”, Marx denominou “*fase superior da sociedade comunista*” ou “*uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base*”.

Nas palavras de Engels: “Uma moral genuinamente humana, acima e além dos antagonismos de classe, torna-se possível somente em um nível social que não apenas superou o conflito de classes, mas também o



A Liberdade Guiando o Povo - 28 de julho de 1830 (Eugène Delacroix, óleo sobre tela, 1830)

esqueceu na prática da vida” (id., p. 88).

ENRIQUECIMENTO

Esta introdução teórica é necessária, porque a pior forma de falência moral que já apareceu, é aquela que usa a moral dos outros para cobrir a sua própria nudez moral.

Assim, Lula, condenado e preso por roubo, se compara a Tiradentes, Mandela e Gandhi.

O PT, no fundo de um esgoto, descobriu sua identidade com Getúlio Vargas – a quem sempre odiou.

Bandidos que assaltaram o Estado (isto é, o povo brasileiro), como o sr. Vaccari, têm lançada a sua candidatura ao status de preso político.

Homens e mulheres de uma geração anterior à do autor destas linhas, falavam em “inversão de valores”. Mal sabiam eles que, algumas décadas depois, nem se poderia usar essa expressão, por falta de valores morais na inversão.

Levantar o caráter de classe da polícia, do Ministério Público, da Justiça – ou da moral vigente – para justificar crimes ou imunizar criminosos em relação à cadeia, é uma perversão hedionda, tanto que quase escrevemos: mais hedionda que todas até agora registradas. No entanto, não somos assim tão especialistas em perversões, para ter certeza de tal coisa...

Quando o notório Parvus roubou dinheiro dos direitos autorais de “Ralé” (“O Albergue Noturno”), Máximo Gorky pediu o conselho de Lenin. Este escreveu, em resposta: “nesses casos, Marx e Engels recomendam chamar a polícia”.

Com efeito, é para expor delinquentes que a polícia existe – assim como a Justiça existe para julgá-los e condená-los. Nesta missão, não se revela o seu caráter de classe, mas o seu papel social, coletivo, em sua generalidade.

O caráter de classe dessas instituições (isto é, o seu papel repressivo em relação a determinadas classes) se revela quando alguns, pobres, são condenados – e os ricos criminosos, corruptos, são absolvidos ou ficam impunes devido a centenas de recursos meramente procrastinatórios.

Mas não é isso que está em questão na Operação Lava Jato e suas derivadas – e não é contra isso que a pseudo-esquerda reclama. Pelo contrário, ela reclama porque a polícia e a Justiça prenderam ou condenaram, exatamente, alguns corruptos, enriquecidos através do roubo.

Portanto, ela nada tem contra que a polícia ou a Justiça se atenham a um estrito – e mesquinho – caráter de classe. Na verdade, seu barulho é porque a polícia e a Justiça não ficaram amarrados a essa mesquinhez. Em suma, sua pregação é para que a polícia e a Justiça não vá além da prisão de alguns ladrões de galinha ou assemelhados – infratores pobres, negros e sem escolaridade.

Tanto assim que, durante o governo do PT, o número de presos, no Brasil, aumentou de 239.345 pessoas (2002) para 726.712 pessoas (junho de 2016), um aumento de 204%, o que fez com que tivéssemos – aliás, temos, atualmente – o terceiro maior número de presos do

mundo, em termos absolutos (cf. Mj/Infopen, Brasília, 2017, pp. 7, 9, 14).

Nada menos que 55% desses presos têm entre 18 e 29 anos (74% deles têm de 18 anos até 34 anos). Os negros e mulatos são 53% desses presos (nas penitenciárias, os negros ou mulatos são 64%). E 51% deles não conseguiram completar o ensino fundamental (cf. Infopen, pp. 30-34).

Nenhum desses senhores e senhoritas comoveu-se com esse estúpido aumento dos presos pobres, jovens e negros – que ocorreu no mesmo intervalo de tempo em que, segundo Lula, em recente artigo para o **Le Monde**, “tiram os 36 milhões de pessoas da miséria extrema” e “levamos mais de 40 milhões para a classe média” (cf. **Le Monde, Lula : “Pourquoi je veux à nouveau être président du Brésil”**, 16/05/2018).

O JUSTO E O INJUSTO

Hoje, então, esses gênios querem reduzir as sentenças judiciais – e as investigações que possibilitaram essas sentenças – à suposta posição política de juizes, procuradores ou promotores, e policiais.

Não muito surpreendentemente, tal redução somente é tentada quando se trata de impedir que algum assaltante da propriedade pública seja conduzido à cadeia (ou quando é uma tentativa de soltá-lo).

Escrevemos “**suposta**” posição política, porque esses mesmos indivíduos não sabem, e nem estão interessados em saber, qual é a posição política real de juizes, procuradores ou policiais. Basta a eles a sua própria invenção ou fantasia sobre o assunto.

Aliás, eles sabem que, se tivessem interesse em conhecer a posição desses servidores públicos, isso complicaria muito a sua fraude de reduzir sentenças judiciais contra corruptos à mera parcialidade política.

Mas, aqui, vamos conceder a eles uma vantagem. Façamos uma indagação, partindo da hipótese de que eles estejam certos sobre a posição política dos alvos de sua difamação: do fato de que um juiz tenha uma posição política conservadora, ou mesmo reacionária, depreende-se que as suas sentenças sejam inevitavelmente conservadoras ou reacionárias?

Para chegar a essa conclusão, seria preciso muita má-fé – ou muita rasteirice mental e ignorância.

O processo jurídico concreto existe, assim como existe o Direito – que implica em alguma ideia de justiça, ainda que concebida abstratamente.

Este é, precisamente, o elemento ético do Direito. Como já foi dito há 200 anos:

“Se o crime e a sua supressão, na medida em que esta é considerada do ponto de vista penal, apenas forem tidos como nocivos, poderá julgar-se irrazoável que se promovam um mal só porque um mal já existe. Este aspecto superficial da malignidade é, por hipótese, atribuído ao crime nas diferentes teorias na preservação, na intimidação, na ameaça, na correção, consideradas como primordiais; o que disso deverá resultar é definido, de um modo também superficial, como um bem. Ora,

que a justiça brilha (Castro Alves, “Os Escravos”)

TRANSIÇÃO

Realmente, é peculiar que a redução – ou confusão – que apontamos seja feita sempre para conceder, ou tentar conceder, impunidade a algum assaltante da propriedade pública.

Porém, se ela fosse verdadeira – se um juiz proferisse suas sentenças meramente de acordo com sua posição política – seria impossível qualquer sistema judicial.

A característica do Judiciário – não enquanto “poder”, mas como instância encarregada de proporcionar o cumprimento da lei por todos – é colocar-se acima das posições políticas de seus integrantes.

Quando isso não acontece – e, às vezes, não acontece – ele deixa de existir como sistema reconhecido por todos, e, em breve, será substituído por outro sistema judicial.

No Brasil, o exemplo mais conhecido é a falência das instituições judiciais da República Velha – e sua substituição por outras, após a Revolução de 30.

Muitas vezes as novas instituições conservaram o nome das antigas – e até mesmo boa parte dos quadros dessas últimas foram preservados pelas novas. No entanto, o sentido geral é outro, sintetizado pelo primeiro ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, respondendo, em uma entrevista ao jornal “Correio da Manhã”, à crítica de um jurista sobre a atitude do novo governo em relação ao antigo Supremo Tribunal Federal:

“Estamos, enfim, numa situação revolucionária plenamente vitoriosa. O próprio Supremo Tribunal Federal, a cujas portas se bate pedindo ‘habeas corpus’, está inibido de agir. Ele existe em virtude da Constituição. Estando esta suspensa, ele não poderá fazer sentir sua ação. Repito: não reconhecemos direitos adquiridos. Temos que começar vida nova, em tudo. Até aqui o povo obedeceu ao Governo, agora é o Governo que obedece ao povo.”

O Judiciário é, aliás, um produto do Século das Luzes – ou seja, do Iluminismo e da Revolução Francesa. Como diz um historiador francês, no “antigo regime” (no feudalismo) nem mesmo havia “*codificação geral de crimes – a legislação criminal de 1670 não fornece definição precisa para a maioria dos crimes, nem classificação e hierarquia explícitas*” (cf. Benoît Garnot, “**Justiça e sociedade na França do século XVIII**”, Textos de História, vol. 11, nº 1/2, 2003).

O que nós chamamos hoje de “Justiça” – a instituição – nada tem a ver com o sistema judicial do feudalismo, que era apenas uma extensão dos privilégios da nobreza. O feudalismo baseava-se na coerção diretamente pessoal: as pessoas não são iguais, nem formalmente, perante a lei.

Por isso, o espaço para a existência de um “Direito”, tal como o entendemos hoje, era muito pequeno. Trata-se, inclusive, de uma regressão: por isso, a emergência do Direito no Iluminismo fundamentou-se no Direito Romano, evidentemente, anterior ao feudalismo.

Sem dúvida, o escravismo antigo também era baseado na sujeição pessoal do escravo ao senhor. Porém, o escravo, desse ponto de vista, jurídico-formal, estava excluído da “sociedade civil” (para não falar da “sociedade política”, isto é, do Estado). O Direito Romano regulava, fundamentalmente, as relações do *patriciado*, a classe dominante, com a *plebe* (um resumo da evolução do Direito Romano, e sua influência posterior, está em um interessante artigo de dois professores da Universidade Estadual de Londrina: v. Marília Salerno e Adiloar F. Zemuner, “**A importância do Direito Romano na formação do jurista brasileiro**”, **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 27, nº 2, p. 125-133, jul./dez. 2006).

Continua na próxima edição

Feliz se aqueça unida a universal família. Oh! dia sacrossanto em